



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS**  
**Faculdade de Direito e Relações Internacionais**  
**Curso de Relações Internacionais - FADIR**

**ISABELLA FÉLIX ESPÍNDOLA**

**A DIMENSÃO DA EDUCAÇÃO NA RELAÇÃO BRASIL UNIÃO  
EUROPEIA: O PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS**

**Dourados - MS**  
**Novembro de 2019**

**ISABELLA FÉLIX ESPÍNDOLA**

**A DIMENSÃO DA EDUCAÇÃO NA RELAÇÃO BRASIL UNIÃO  
EUROPEIA: O PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Banca Examinadora da Universidade Federal da  
Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção  
do título de Bacharel em Relações Internacionais,  
sob a orientação do Prof. Tomaz Espósito Neto.

**Dourados - MS  
Novembro de 2019**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

E77d Espindola, Isabella Félix

A Dimensão da Educação na Relação Brasil União Europeia: O Programa Ciência sem Fronteiras [recurso eletrônico] / Isabella Félix Espindola. -- 2019.  
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Tomaz Espósito Neto.

TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2019.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Brasil. 2. União Europeia. 3. Parceria Estratégica. 4. Educação. 5. Ciência Sem Fronteiras. I. Espósito Neto, Tomaz . II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.



## ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 04 de novembro de 2019, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **Isabella Félix Espindola** tendo como título "**A Dimensão da Educação na Relação Brasil União Européia: O Programa Ciência sem Fronteiras**".

Constituíram a Banca Examinadora os professores Dr. Tomaz Esposito Neto (orientador), Dra. Deborah Silva do Monte (examinadora) e Lisa Belmiro Camara (examinadora).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado APROVADA.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Assinaturas:

  
**Dr. Tomaz Esposito Neto**  
Orientador

  
**Dra. Deborah Silva do Monte**  
Examinadora

  
**Lisa Belmiro Camara**  
Examinadora

## RESUMO

A Relação bilateral Brasil-União Europeia teve início no ano de 1960 com suas primeiras relações diplomáticas. Com o passar dos anos e o aprofundamento desta relação junto ao desenvolvimento da Parceria Estratégica Brasil-União Europeia. Estes atores ampliaram sua relação em diversos setores, que a princípio estiveram focados em áreas como segurança e parcerias econômicas. Com o transcorrer desta parceria e engajamento de sua relação, outras áreas ganharam relevância, como a dimensão da educação, no qual foram elaborados programas e agentes para o seu desenvolvimento. Um dos principais programas dentro da Parceria Brasil-UE para a internacionalização do ensino superior é o programa Ciência sem Fronteiras.

**Palavras-chave:** Brasil, União Europeia, Parceria Estratégica, Educação, Ciência Sem Fronteiras.

## **ABSTRACT**

The bilateral Brazil-European Union relationship began in 1960 with its first diplomatic relations. Over the years and the deepening of this relationship together with the development of the Brazil-European Union Strategic Partnership. These actors have broadened their relationship in various sectors, initially this development is focused on areas such as security and economic partnerships. Through this partnership and engagement of its relationship, other areas gained relevance, such as the dimension of education, in which programs and agents for its development were elaborated. One of the main programs within the EU-Brazil Partnership for the internationalization of higher education is the Science Without Borders program.

**Key words:** Brazil, European Union, Strategic Partnership, Education, Science without borders.

## SUMÁRIO

|                                                                                                    |           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                                                                          | <b>7</b>  |
| <b>2 A PARCERIA ESTRATÉGICA ENTRE BRASIL E UNIÃO EUROPEIA .....</b>                                | <b>11</b> |
| 2.1 CÚPULAS E ENCONTROS DA PARCERIA ESTRATÉGICA BRASIL E UNIÃO EUROPEIA .....                      | 14        |
| <b>3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO .....</b>                                                   | <b>22</b> |
| 3.1 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA .....                                      | 26        |
| 3.2 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....                                              | 29        |
| <b>4 O PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS.....</b>                                                    | <b>34</b> |
| 4.1 ESTUDO DE CASO: ESTUDANTES DA UFGD QUE PARTICIPARAM DO CSF .....                               | 38        |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                 | <b>41</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                           | <b>43</b> |
| <b>ANEXO 1 - IMAGEM - GASTOS COM O ENSINO SUPERIOR NOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO DE 2016 .....</b> | <b>52</b> |
| <b>ANEXO 2 - QUESTIONÁRIO: CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS .....</b>                                       | <b>53</b> |
| <b>ANEXO 3 – RESPOSTAS DA QUESTÃO NÚMERO 12 DO QUESTIONÁRIO .....</b>                              | <b>55</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Devido à globalização, a internacionalização do ensino superior é algo cada vez mais presente no mundo contemporâneo. Na União Europeia (UE), a internacionalização vai além das mobilidades acadêmicas, pois abrange todo o desenvolvimento transversal do ensino superior e engloba todas as áreas de pesquisa, ensino e extensão, sendo beneficiado não somente os estudantes, mas todo o conjunto da comunidade acadêmica.

Inicialmente, o objetivo da cooperação entre os Estados Europeus era, preponderantemente, político e econômico. Entretanto, com a criação de instituições e cada vez mais cooperação, a integração europeia foi sendo ampliada a demais setores e a novas áreas de atuação, aumentando significativamente a sua interação. Muitos vão chamar essa integração de *spillover*, que, segundo Hass (1970), no escopo limita-se a decisões e objetivos relativos à realização de benefícios totais de um mercado comum existente que tem por objetivo o transbordamento de ações coletivas que vão estimular a integração de novos atores e novas áreas de comum interesse.

O incentivo da UE às reformas da educação, por exemplo, fomentou a criação de novas políticas, programas e agentes educacionais dentro da União Europeia e de seus países filiados, o que elevou, mais uma vez, à cooperação entre eles. Um dos principais programas fomentadores das reformas nacionais de educação foi o Processo de Bolonha, que é um acordo intergovernamental assinado em 19 de junho de 1999, que possuía como a principal finalidade a renovação do Ensino Superior Europeu.

A UE, como também a maioria de seus países filiados e inúmeras instituições universitárias, desenvolveu estratégias com o objetivo de internacionalizar o ensino superior europeu. Um dos principais programas de internacionalização e de apoio à cooperação e à mobilidade desenvolvido pela UE tanto para dentro da união como para os demais países foi o programa Erasmus+ e Erasmus Mundus.

Ambos os programas tem por objetivo promover a mobilidade estudantil. Entretanto, enquanto Erasmus+ promove essas mobilidades de estudantes e docentes em âmbito de seus Estados Membros ou associados, o programa Erasmus Mundus expande suas relações com os países de todo o mundo, fortalecendo laços acadêmicos e estimulando suas redes de ensino e pesquisa do seu bloco.



O Brasil, movido pela mundialização, também formulou políticas para a implementação de reformas do ensino superior. Algumas agências como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), incentivam e financiam a internacionalização do ensino por meio de bolsas de estudos, apoio a projetos, e demais incentivos à pesquisa.

Nos últimos anos, o principal programa brasileiro de internacionalização foi o “Ciência Sem Fronteiras” (CSF), cujo início ocorreu em julho de 2011. O objetivo desse programa era estimular a expansão e inovação da ciência e da tecnologia no Brasil por meio do intercâmbio e mobilidade internacional de estudantes e pesquisadores. Para essa mobilidade, o Brasil estabeleceu acordos de cooperação com inúmeros países e entidades supranacionais. A União Europeia foi o lugar para onde os estudantes brasileiros se destinaram. Segundo o painel de controle do Ciência Sem Fronteiras, cerca de 92.880 alunos beneficiaram-se com as bolsas do programa (dados recolhidos até janeiro de 2016). Entre os países da União Europeia que receberam esses bolsistas, segundo o painel de Controle do programa CSF, foram cotados 44.747 beneficiados até janeiro de 2016, isto é, aproximadamente 50% das bolsas do Ciência sem Fronteiras foram destinadas para a União Europeia.

Essa política pública deve ser entendida dentro do estabelecimento de uma parceria estratégica entre o Brasil e a União Europeia (2007 – até os dias atuais). Nesse diálogo político de alto nível, as autoridades do Brasil e União Europeia elevaram o nível de interlocução com a realização de fóruns temáticos, reuniões periódicas e a construção de uma vasta agenda com variados temas, tais como a luta contra a pobreza, a promoção da cooperação regional, entre vários outros temas.

A educação, em especial o ensino superior, o desenvolvimento e a cooperação nas áreas de ciência e tecnologia estão presentes nas agendas dos representantes dos dois atores. Aliás, as autoridades de ambos os atores internacionais ressaltaram a importância em sua cooperação em relação à área do ensino superior na Declaração Conjunta da 5ª Cúpula em 2011 na cidade de Bruxelas, sendo introduzida definitivamente essa temática dentro da parceria.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como escopo geral apresentar a evolução das relações entre o Brasil e a União Europeia de 2007 à 2016. Portanto, os objetivos

específicos são: (i) examinar a dimensão da educação no período do estabelecimento de sua parceria estratégica brasileiro-europeia de 2007 - 2016; (ii) fazer um estudo de caso sobre o programa Ciência Sem Fronteiras, desde sua criação em 2011 até 2016.

Trabalha-se com os seguintes pressupostos: (i) Brasil e União Europeia continuam ser importantes parceiros. No entanto, com a evolução da parceria estratégica, existiu uma mudança no foco do relacionamento e temas como desarmamento e promoção da paz perderam importância. Já outros como educação e promoção dos direitos humanos, ganharam relevância. (ii) A educação, especialmente o ensino superior, teve um papel importante no estreitamento de laços bilaterais. Todavia, com o fim do programa CSF e o redimensionamento dos programas Erasmus, Horizonte 2020 e o esfriamento em específico da parceria estratégica, a relação bilateral destes dois atores teve que estabelecer outros métodos para a sua relação.

Neste trabalho, escolheu-se o método indutivo, utilizando-se pesquisa empírica por meio de exames de fontes primárias, em especial as análises de dados e de documentos oficiais brasileiros e europeus. Como também o desenvolvimento de um levantamento de bibliografias especializadas sobre o tema. Para a melhor análise dos resultados encontrados pelo programa Ciência em Fronteiras também foi feito um questionário aplicado nos estudantes da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) no qual tiveram a oportunidade de participar do programa, obtendo desta maneira, uma análise mais profunda da vivência destes estudantes no período da mobilidade.

Optou-se também pelo recorte teórico do liberal-institucional de Robert Keohane e Joseph Nye, que apresenta instrumentos analíticos importantes como a ideia de *spill-over*, interdependência complexa<sup>1</sup>, e *soft power* (poder brando), bem como a ênfase da importância de outros temas como saúde, meio-ambiente e educação nas relações internacionais.

Esse recorte de pesquisa justifica-se pela importância da internacionalização da educação e da pesquisa no ensino superior, vistas, cada vez mais, como um vetor de geração de renda e riqueza na sociedade contemporânea (economia criativa). Outrossim, no CSF o número de estudantes atendidos, cerca de 104 mil, e de 13,2 bilhões de reais investidos pelo Tesouro brasileiro.

---

<sup>1</sup>

A teoria da interdependência complexa de Keohane analisa a importância das instituições para as relações entre os estados, sobretudo para a questão do desenvolvimento dos países pobres.

Além da introdução e das considerações finais, o presente artigo está dividido em três partes. A primeira apresenta a evolução da Parceria Estratégica do Brasil e União Europeia de 2007 a 2016. Com isso, espera-se apresentar os vetores dessa relação e as expectativas de cada um dos parceiros. A segunda examina a temática da internacionalização da educação como um *soft power* no mundo, a partir da análise de diferentes perspectivas referentes em específico as apresentadas pelo Brasil e a União Europeia, e seus principais programas com o objetivo de apresentar a importância dessa temática no relacionamento bilateral. E a terceira parte analisa o Programa CsF, seus objetivos e resultados apresentados durante o seu funcionamento.

## **2 A PARCERIA ESTRATÉGICA ENTRE BRASIL E UNIÃO EUROPEIA.**

Brasil e União Europeia possuem uma longa relação diplomática originária de profundos laços históricos e culturais, que remontam a década de 60, com suas primeiras relações diplomáticas. Além da parceria estratégica instituída oficialmente em 4 de Julho de 2007, o Brasil apresenta diálogos com os países membros do bloco, como também, relações birregionais ligadas ao Mercosul e à Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), além de demais acordos setoriais (MRE, 2018).

Gueraldi (2003) afirma que durante quatro séculos a inserção internacional do Brasil se desenvolveu por meio das potências europeias, primeiro Portugal e depois pela Inglaterra, sendo substituído a partir da década de 20 pela potência estadunidense.

Essa perspectiva, no entanto, tomou novas formas durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), nos quais a política externa foi orientada pelo princípio da diplomacia presidencial<sup>2</sup>, que a partir deste, o comportamento externo do país foi reorientado para a valorização da autonomia de suas ações, para o apoio do universalismo por meio da cooperação Sul-Sul e de demais instâncias multilaterais. O objetivo final desta política era o fortalecimento do papel proativo do Brasil na política global (SARAIVA, 2018, p.278).

Dentro da América Latina, o Brasil e o México, possuem um papel de grande relevância para a propagação do relacionamento latino-americano com a União Europeia, seja por seu peso econômico ou por suas relações políticas. Em 2005, a Comissão Europeia publicou uma “Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu”, na qual se enfatizava a importância dessa parceria e analisava como o Brasil e o México seriam de grande importância para o relacionamento da União Europeia com a região da América

---

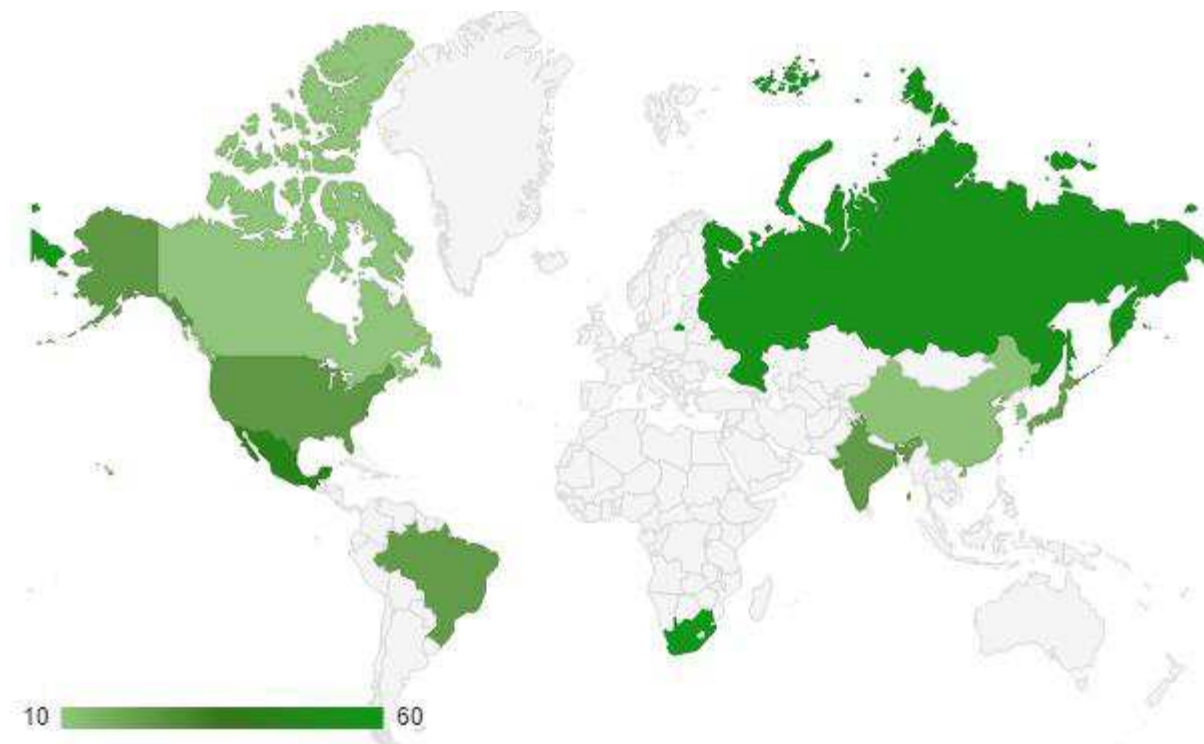
<sup>2</sup> “a condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições *ex officio*, pelo presidente, ou, no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de estado e/ou pelo chefe de governo” (DANESE, 2017).

Latina. Nesse documento, a Comissão propôs o lançamento de diálogos políticos específicos com determinados países da região que desempenham um papel específico e a modulação adequada das suas ações de cooperação. O Brasil e o México logo depois foram convidados a trabalharem dentro das Parcerias Estratégicas formuladas pela União Europeia.

De um lado com este novo panorama internacional, a parceria estratégica Brasil e União Europeia mostrou a importância brasileira na política global e, principalmente, na América Latina. Tendo o compromisso com o conjunto do "novo" mundo globalizado, e estreitando mais a relação entre os continentes Europeu e América do Sul, é que terá início o fortalecimento do Mercosul nas relações de parcerias estratégicas.

Parceria estratégica é um "relacionamento político bilateral singularizado, [...] que a União Europeia estabelece com cada um dos integrantes de um determinado grupo de terceiros países, pela importância do papel que desempenham no cenário internacional" (BARTHELMES, 2008, p.37). Atualmente, a União Europeia possui no total 10 parcerias estratégicas distribuídas em todo o mundo. Os países que estão nessas parcerias são: Brasil, Canadá, China, Índia, Japão, México, Rússia, África do Sul, Coreia do Sul e Estados Unidos.

IMAGEM 1- PAÍSES QUE POSSUEM PARCERIA ESTRATÉGICA COM A UE



FONTE: BARTHELMES, 2008. ELABORAÇÃO: Autor

A parceria estratégica Brasil e União Europeia foi constituída em um momento de construção de uma liderança brasileira na América do Sul, de crescimento das assimetrias regionais em favor do Brasil, dos êxitos do governo Lula e da ascensão de governos de esquerda na região (SARAIVA, 2018, p. 279) chamada "onda rosa"<sup>3</sup>. A partir desse contexto, na perspectiva europeia, o Brasil teria muitos princípios e valores em comum ao bloco, como a luta contra a pobreza e a procura da manutenção da democracia em toda região. Além do mais, para o Brasil no período de 1987 a 2006 teve os países da União Europeia como seus principais investidores externos e parceiros comerciais (BARTHELMES, 2008).

Com a formulação da Parceria estratégica, o diálogo político entre parceiros se elevou a um nível superior de interlocução. E isso possibilitou a discussão de uma agenda vasta com variados temas dentro de suas relações políticas, não somente pelas Cúpulas anuais nas quais, esta relação é institucionalizada, como também por reuniões regulares entre altos funcionários, técnicos e especialistas efetuados tanto no Brasil como na UE. Entre os temas examinados nas Cúpulas e nas relações políticas encontram-se: a promoção da paz e segurança, alterações climáticas, desenvolvimento sustentável, luta contra a pobreza, promoção da cooperação regional e cooperação nas áreas de ciência e tecnologia (DELEGAÇÃO UE, 2016).

Em conjunto as cúpulas, em proposta para o fortalecimento do diálogo, foram desenvolvidas as Cimeiras Políticas Brasil-UE com o objetivo de intensificar as relações empresariais. Desde o estabelecimento da parceria estratégica dentro da primeira cúpula em 2007, foram efetuadas ao total de sete cúpulas a última tendo sido estabelecida e realizada em fevereiro de 2014 em Bruxelas.

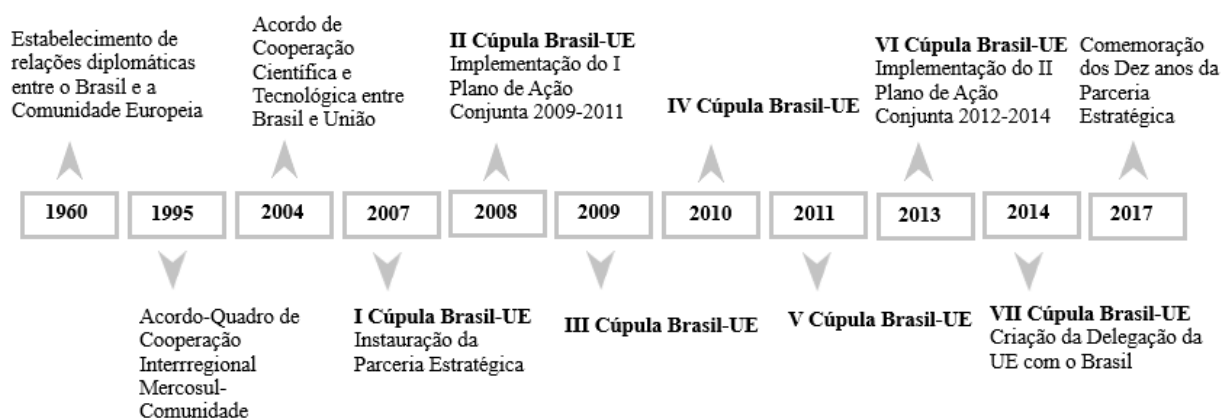
Nas primeiras cúpulas o enfoque foi direcionado à uma agenda de poder duro (*hard power*)<sup>4</sup>, as principais temáticas foram voltadas à segurança, à paz e à questão armamentista, mas também temas como meio ambiente e combate à fome. Ao decorrer das cúpulas se analisa essa transição da agenda entre as temáticas de poder duro ao brando (*soft power*), com enfoque para a quinta cúpula na qual as temáticas de poder brando tomaram proporções muito maiores com o enfoque em temáticas sobre questões climáticas, educação superior, o combate à pobreza global, e ao desenvolvimento da ciência e tecnologia.

---

<sup>3</sup> “série de vitórias eleitorais da esquerda (ou da centro-esquerda) na maior parte dos países latino-americanos, entre 1998 e 2006” (LAMBERT, 2010)

<sup>4</sup> Nye (2018) argumenta que nesta perspectiva os relacionamentos são baseados no uso da coerção, isto é, a agenda está voltada para os instrumentos de ações como as forças armadas e segurança

## IMAGEM 2 - CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL - UE



FONTE: BRASIL, 2019. ELABORAÇÃO: Autor

### 2.1 CÚPULAS E ENCONTROS DA PARCERIA ESTRATÉGICA BRASIL E UNIÃO EUROPEIA

Em Lisboa 2007, na qual se marca o estabelecimento oficial da Parceria Estratégica Brasil-União Europeia. O compromisso foi firmado sob a presença do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, e o presidente da Comissão Europeia José Manuel Durão Barroso, e José Sócrates, Primeiro-Ministro de Portugal no exercício da Presidência rotativa do Conselho Europeu. O diálogo nesta cúpula foi facilitada pelo elemento em que, os três principais agentes, da negociação sabiam falar português, elemento que dificilmente ocorrerá em demais negociações (PEREIRA; PRADO 2015).

Neste primeiro encontro foi formulada uma agenda com o objetivo de reforçar o diálogo político, fortalecer os diálogos sobre políticas setoriais, trabalhar juntos para enfrentar os desafios mais prementes da paz e segurança globais, expandir e aprofundar suas relações comerciais e econômicas, incentivar o intercâmbio entre seus povos, com o fim de maior entendimento entre ambas as regiões; e concretizar um Plano de Ação Conjunta, proposta para o desenvolvimento durante a segunda cúpula Brasil-UE (EUBRASIL, 2007).

Em paralelo a Cúpula estava sendo realizada a primeira Cimeira Política Brasil-UE, que corresponde a um encontro empresarial entre empresas europeias e brasileiras, que nesta foi debatido os seguintes temas: a Rodada Doha da OMC; o acordo UE-Mercosul;

investimento, infraestrutura e parcerias público-privadas; competitividade e inovação; energia e alterações climáticas. E com no fim do encontro ficou decidido que estas Cimeiras seriam realizadas periodicamente, alternando sua realização entre Brasil e União Europeia (PEREIRA, PRADO 2015).

A segunda Cúpula Brasil-União Europeia foi realizada na cidade do Rio de Janeiro, nos dias 22 e 23 de dezembro de 2008. Estavam presentes nessa reunião o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, autos líderes europeus sob o comando do presidente Francês, Nicolas Sarkozy, e o Presidente da Comissão Europeia, José Durão Barroso. As questões económicas e a regulamentação financeira foram as principais prioridades da ordem de trabalhos (DELEGAÇÃO UE, 2016), como também, a concretização do I Plano de Ação Conjunta Brasil-União Europeia 2009-2011, em que o Brasil e a União Europeia concordaram em construir uma parceria estratégica abrangente mediante: a promoção da paz e da segurança abrangente por meio de um sistema multilateral eficaz; o fortalecimento da parceria económica, social e ambiental para promover o desenvolvimento sustentável; a promoção da cooperação regional; a promoção da ciência, da tecnologia e da inovação; a promoção do intercâmbio entre os povos (COUNCIL EU, 2008).

Na Declaração Conjunta Brasil-UE as autoridades presentes deixam claro a satisfação de ambos os agentes sobre o desenvolvimento do Plano de Ação Conjunto e como ele permitirá que os dois lados deem início a novos diálogos bilaterais regulares, bem como aprofundar a parceria existente em áreas de importância estratégica mútua (BRASIL-UE, 2008). No encontro empresarial daquele ano, a partir de dados disponibilizados pelo Ministério do Planejamento, a cimeira em questão tinha por objetivo “estimular a organização regular de cúpulas empresariais Brasil-UE, envolvendo também pequenas e médias empresas, com vistas a reforçar o diálogo empresa-governo” (PEREIRA; PRADO, 2015).

A terceira Cúpula, realizada em 6 de outubro de 2009, na cidade de Estocolmo e contou com a presença do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente do Conselho Europeu, o sueco Fredrik Reinfeldt, entre outros líderes brasileiros e europeus. Em continuidade a cúpula anterior, nesta cúpula foi tratado temas como: a implementação do Plano de Ação conjunta, temas globais, regionais e internacionais, como o desenvolvimento tecnológico, meio ambiente e comércio. (COUNCIL EU, 2009).

Paralelamente a Terceira Cimeira Empresarial Brasil-UE teve como meta o diálogo por meio de três questões centrais: “Como aumentar investimentos durante a crise e no pós-



crise? Como promover comércio e combater protecionismo durante a crise e no pós-crise? Como lidar com os desafios e oportunidades provenientes da questão das mudanças climáticas e fornecimento de energia?” (PEREIRA; PRADO 2015, p.9 ). Enaltecendo os resultados derivados desta Cimeira Empresarial, a declaração do Conselho da União Europeia aborda que advindo de tal, “os líderes da Cúpula concordaram em facilitar o intercâmbio de informações com vistas a permitindo que ambos os lados aproveitem as oportunidades recíprocas para os investimentos privados” (COUNCIL EU, 2009, p. 11).

A partir de 1 de dezembro de 2009, as relações Brasil-União Europeia passaram a ser regidas sob o Tratado de Lisboa. Com o segmento do novo tratado, as demais reuniões ordinárias passaram a ser organizadas sob responsabilidade do presidente do Brasil e do Conselho Europeu, sendo, dessa maneira, todas as seguintes Cúpulas Brasil-União Europeia realizadas nas cidades de Bruxelas e Brasília.

A quarta Cúpula Brasil - União Europeia, pós-Lisboa, aconteceu em 14 de julho de 2010, na cidade de Brasília, estavam presentes líderes governamentais e empresariais brasileiros e europeus, juntamente ao presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva e o Ministro das Relações exteriores Celso Amorim, Presidente do Conselho Europeu, Herman van Rompuy, e o Presidente da Comissão Europeia, José Durão Barroso. Durante a reunião mais uma vez foi levantada a importância da construção do Plano de Ação conjunta de 2008; foram tratados assuntos como o compromisso ao combate do tráfico de armas e drogas, o desenvolvimento sustentável, entre outros temas.

A agenda política, neste encontro, estava voltada às conjunturas que ambas as regiões (europeia, América latina e caribenha) estavam vivenciando, tendo o diálogo sobre as políticas desenvolvidas sobre elas, e principalmente o impacto econômico que estavam sofrendo com a crise financeira daquele período. Mas diante de todo contexto, se mantiveram otimistas com o engajamento que estava sendo efetuado para a manutenção de suas relações multilaterais regionais e bilaterais, e o fortalecimento da parceria estratégica a partir da entrada em vigor do Tratado de Lisboa (COUNCIL EU, 2010).

O Brasil e a UE reafirmaram seu compromisso de estimular o crescimento e a diversificação de suas relações comerciais e fluxos de investimento. Os Líderes da Cúpula concordaram em facilitar o intercâmbio de informações com vistas a permitir que ambos os lados aproveitem oportunidades recíprocas para investimentos públicos e privados. Nesse contexto, observaram com satisfação os resultados da quarta Cúpula Empresarial UE-Brasil, realizada em Brasília, em 14 de julho de 2010 (COUNCIL EU, 2010, p 11.).

Simultaneamente a quarta Cúpula da parceria estratégica, a quarta Cimeira Empresarial Brasil-UE que ocorreu junto a IV Cúpula da parceria estratégica, reconheceu que esta parceria é um instrumento fundamental para a suas relações econômica bilaterais. Desta maneira, o encontro foi marcado pela aprovação da agenda inusitada apresentada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e BUSINESSEUROPE (Confederação das Empresas Européias), que visava promover as relações comerciais e de investimento e a cooperação em áreas vitais em suas economias, como energia e mudança do clima (PEREIRA; PRADO, 2015).

A seguinte reunião dessa parceria ocorreu em 4 de outubro de 2011 na cidade de Bruxelas. Dentro da quinta Cúpula estavam presentes a Presidenta brasileira, Dilma Rousseff, juntamente ao Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, Ministro da Cultura, Sra. Anna De Hollanda, Ministra do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aloizio Mercadante, Ministro do Esporte, Orlando Silva, e Ministro da Comunicação Social, Sra. Helena Chagas. Em representação a UE estavam presentes o Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e pelo Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso. A Alta Representante Vice-Presidente Sra. Catherine Ashton, o Vice-Presidente da Comissão Europeia Sr. Antonio Tajani, a Comissária Europeia Sra. Androulla Vassiliou e o Comissário Europeu, Sr. Karel De Gucht (COUNCIL EU, 2011).

Nessa cúpula, conforme a nota da Declaração Conjunta da V Cúpula Brasil-UE (2011), as autoridades ressaltaram a importância desses encontros para o aprofundamento do diálogo político diante dos desafios globais, abordaram a importância do diálogo sobre os temas: a educação superior, desenvolvimento tecnológico e inovação, as mobilidades acadêmicas, desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza global, o desenvolvimento do milênio, o empenho no trabalho de ambos sobre a bioenergia, questões de política externa, direitos humanos, entre demais temas. Sobre a V Cimeira Empresarial Brasil-UE os líderes presentes ressaltaram a importância deste diálogo para o reforço das relações entre suas respectivas comunidades empresariais, desta maneira, tomaram nota das recomendações feitas dentro deste diálogo.

Eles enfatizaram sua visão compartilhada sobre o papel crucial do ensino superior, , cooperação acadêmica e mobilidade, bem como pesquisa científica, tecnologia e inovação, para promover o crescimento rápido e sustentável e aumentar a

produtividade e a empregabilidade. Decidiram reforçar o diálogo e a cooperação UE-Brasil nestes domínios, com base nos instrumentos e programas de políticas existentes, como o Erasmus Mundus e Marie Curie e o esquema de mobilidade "Ciência sem Fronteiras" do Brasil. Eles decidiram lançar uma plataforma de diálogo e intercâmbio para promover a mobilidade académica e a cooperação entre o Brasil e a UE (COUNCIL EU, 2011, p.2).

Com o fim do Plano de ação Conjunta 2009-2011, os líderes presentes saudaram a intensificação de suas relações e o seu satisfatório progresso dentro da parceria estratégica a partir desta ação. Por meio deste entraram em comum acordo na formulação de um novo Plano de ação Conjunta 2012-2014, que manteve seus objetivos centrais os mesmos abordados no de 2009-2011, isto é: promover os direitos humanos, a paz internacional e a segurança através de um sistema multilateral efetivo; melhorar a economia, social e ambiental por meio da parceria que promova o desenvolvimento sustentável (COUNCIL EU, 2011).

A sexta Cúpula Brasil-União Europeia ocorreu em Brasília, em 24 de janeiro de 2013. Estavam presentes a Presidenta brasileira, Dilma Rousseff, juntamente ao Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, e o Presidente da Comissão Europeia José Manuel Durão Barroso, além de demais autoridades brasileiras e europeias. Nessa reunião foi implementado o Plano de Ação Conjunta 2012-2014 desenvolvida a partir da V cúpula. Ainda, segundo a Declaração Conjunta Da VI Cúpula Brasil-União Europeia, os presentes manifestaram a satisfação da parceria, com o avanço das mais de 30 áreas de diferentes diálogos setoriais, sendo também registrado o entusiasmo na crescente relação bilateral com o aumento dos fluxos comerciais e investimentos entre ambas as partes.

A VI Cimeira Empresarial Brasil-UE tratou das questões econômicas mundiais e suas oportunidades para ambas as regiões, sendo suas prioridades na cooperação bilateral, segundo Pereira e Prado (2015), a cooperação nos fóruns multilaterais, como G-20 e OMC; facilitar o ambiente para investimentos; remover barreiras não tarifárias ao comércio; desenvolver parcerias de tecnologia e inovação; e a conclusão do acordo de associação Mercosul-UE.

Nesse período, a União Europeia é considerada a principal parceira comercial do Brasil. O Brasil também recebia 55% dos investimentos da União Europeia, além de estar colocado como décimo maior parceiro comercial, sendo responsável por 2% do comércio total do bloco, como também o grande exportador de produtos agrícolas para a União (DELEGATION BRAZIL, 2016).

A última cúpula entre Brasil e União Europeia ocorreu em Bruxelas no dia 24 de fevereiro de 2014. Na sétima e última cúpula estiveram presentes a Presidenta brasileira,

Dilma Rousseff, o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, e do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy, dentre demais autoridades. Com a análise do Informativo De Bruxelas - 7º Cúpula Brasil, destacam-se três fatores presentes nesse diálogo político que devem ser evidenciados. Primeiramente, foi levantado o tema do crescimento econômico e emprego, que incentiva principalmente os acordos voltados à negociação bilateral-regional entre Mercosul e União Europeia, pois estimulam o livre comércio e o investimento estrangeiro para a internacionalização das pequenas empresas. Os desafios globais foi o segundo tema analisado dentro desse diálogo, no qual foram reconhecidos alguns fatores a serem considerados como desafios globais, entres eles estão: mudanças climáticas, energias, direitos humanos, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, entre demais.

Em decorrência a fatores externos - com foco especialmente nas questões daquele período em relação ao Oriente Médio e à África, mas também em relação à crise política passada pela Ucrânia e Venezuela - outro elemento de grande relevância que foi levantado foi a importância do desenvolvimento de uma cooperação mais concreta sobre a política externa e segurança.

A Sétima Cimeira Brasil-UE no qual ocorreu em 2014 elaborou duras críticas a falta de diálogo entre os empresários e os governos, salientando que as cimeiras são de extrema importância dentro da parceria estratégica. Esta falta de diálogo acarreta em um déficit na formulação de grandes agendas, pois caracteriza somente como instrumento de fornecimento de insumos para os formuladores de política. Desta maneira, no final da cimeira, os autos representantes deixaram clara a importância do estabelecimento de diálogos contínuos não somente durante as cimeiras ou cúpulas, mas sim, durante todo o ano, tendo desta forma a formulação de planejamentos e iniciativas mais focadas entre ambos os atores (PEREIRA, 2015).

No mesmo ano da Sétima Cúpula, o Parlamento Europeu criou a “Delegação para as relações com a República Federativa do Brasil”, que visava a manter e aprofundar os contatos internacionais do parlamento. O Brasil era ainda o único país entre os demais parceiros estratégicos (Canadá, China, Índia, Japão, México, Rússia, África do Sul, Coreia do Sul e Estados Unidos da América) da União Europeia que até então não possuía uma delegação para suas relações. Em conjunta à criação da Delegação Brasileira, foi criada a “Delegação para as relações com o Mercosul”, a elaborada especialmente para as relações entre os blocos Mercosul e União Europeia (INFORMATIVO DE BRUXELAS, 2014).

De 2007 a 2013, às relações bilaterais Brasil e União Europeia foram desenvolvidos em setores de âmbito da: agricultura e desenvolvimento rural, serviços financeiros, transporte, estatística, ciência e tecnologia, pequenas e médias empresas, desenvolvimento social, a cooperação acadêmica entre suas instituições e outros setores. Mas a partir de 2014, o financiamento europeu passou a ser desenvolvido em meio regional sendo disponibilizado para os anos de 2014 a 2010 805 milhões de euros para a região da América Latina, distribuídos para os seguintes setores:

163 milhões de euros foram atribuídos ao ensino superior no âmbito do Erasmus+; 300 milhões de euros estão reservados para a sustentabilidade ambiental e as alterações climáticas; 215 milhões de euros serão atribuídos a projetos relacionados com a sustentabilidade e o crescimento inclusivo para o desenvolvimento humano; 42 milhões de euros destinam-se a apoiar a boa governança, à responsabilização e às iniciativas de igualdade social; 70 milhões de euros serão atribuídos a projetos de segurança e desenvolvimento; 15 milhões de euros serão atribuídos a medidas de apoio (DELEGATION BRAZIL, 2016) .

Ao longo da relação Brasil e UE, muito antes mesmo da parceria estratégica, suas relações eram também voltadas para a temática de poder brando. As interações destes dois atores estavam sendo regidas em primórdio por relações comerciais, mas mesmo a partir disto, acordos e negociações em setores menores foram sendo fortemente desenvolvidas, como a temática da educação, que já possuía acordos sobre tal muito antes da implantação da parceria estratégica e que continuou sendo fortemente desenvolvida mesmo com o esfriamento desta parceria.

Isto se deve, porque, como já dito ambos os atores possuem em média um poder brando. Claro que como um organismo supranacional que é a União Europeia, este já possui um poder brando bem definido e expressamente em utilização. Nye (2004) afirma que o Brasil tem “poder brando” em potencial para ser explorado por sua política externa, devido à atração despertada por sua vibrante cultura e promessa no futuro. Mas o Brasil ainda possui claras dificuldades como um país ainda em desenvolvimento, mesmo possuindo uma política externa forte e bem delimitada devido a desequilíbrios internos (principalmente nos últimos governos de Dilma e Temer) o país ainda possui dificuldades na utilização de seu poder brando.

A educação nas relações bilaterais entre Brasil e União Europeia sempre teve espaço. Muito antes mesmo da instauração da parceria estratégica esta temática foi desenvolvida entre estes dois atores, sendo aprofundada e fortemente desenvolvida mesmo depois de 2014 depois da última cúpula Brasil e União Europeia. Analisa-se desta maneira, como a

internacionalização da educação mesmo não sendo um *hard power* é um setor muito importante para o poder de ambos os atores.

### 3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A internacionalização da educação do ensino superior como um meio de poder estratégico é cada vez mais explorado pelos países. Sua formação está relacionada a políticas e sistemas desenvolvida pelos meios acadêmicos e governamentais, dentro das instituições educacionais e setores privados, e incentivados pela cooperação internacional entre os países.

A internacionalização da educação superior é um processo que pode ser entendido como a maneira com que as instituições de educação superior vêm respondendo ao impacto da globalização e que, ao mesmo tempo, se apresenta como reflexo do caráter global do conhecimento, da aprendizagem e da pesquisa, do qual as instituições de ensino superior (IES) são, ao mesmo tempo, beneficiárias e agentes. (LAUS, 2015, p.124).

A globalização teve papel fundamental na formulação de novas normas da educação superior por meio de instituições internacionais, e é responsável por ser um dos agentes produtores da internacionalização da educação, pois sendo um fenômeno de interdependência econômico-financeira e produtiva acelerou a internacionalização entre os agentes (AMAL; BORGES, 2015), o que proporcionou uma maior configuração para o estabelecimento de um mercado de produção do conhecimento.

O ambiente acadêmico globalizado está em constante mutação. Os países, inseridos em um sistema competitivo elaboram os mais variados meios e desenvolvimento técnico e metodológico em suas instituições, pois isso produz um melhor desempenho educacional e econômico em seus países. A internacionalização da educação nesta perspectiva entra como um instrumento para o desenvolvimento neste novo mercado acadêmico, que produz toda uma economia e fomenta toda a capacitação dos países.

Instituições como OCDE, Banco Mundial, UNESCO e demais agências apresentam recomendações de desempenho da internacionalização da educação. Na Declaração Mundial de Educação Superior no Século XXI aprovada na Conferência Mundial da Educação Superior da UNESCO (1998), por exemplo, afirma no artigo 11, parágrafo b que:

A qualidade requer também que a educação superior seja caracterizada por sua dimensão internacional: intercâmbio de conhecimentos, criação de redes interativas, mobilidade de professores e estudantes, e projetos de pesquisa internacionais, levando-se sempre em conta os valores culturais e as situações nacionais (UNESCO, 1998).

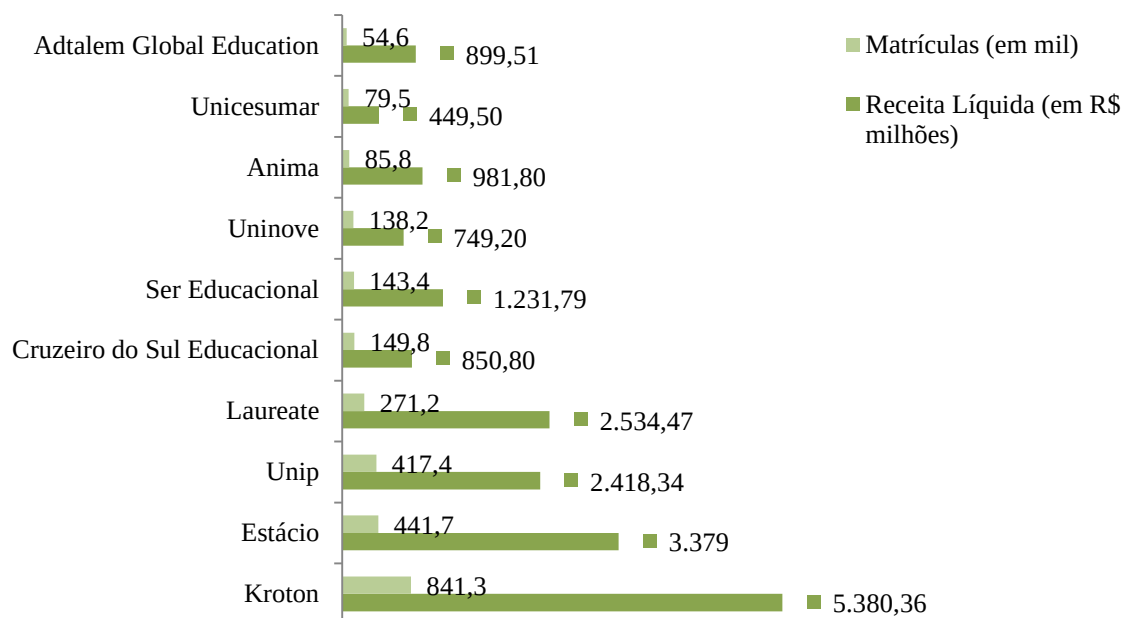
Esta orientação sobre a temática da internacionalização da educação está estreitamente ligada a objetificação da educação no qual se forma uma economia que Slaughter e Leslie (1997) irão chamar de *capitalismo acadêmico*. Este capitalismo acadêmico é construído a

partir destas recomendações das instituições internacionais que formam uma agenda única global para a educação, que coordena as ações estatais. Neste mesmo segmento, no qual a maioria destas instituições apresenta a educação como uma mercadoria, a privatização da mesma, se alastra mundialmente (AZEVEDO, 2015).

Esta crescente no setor privado se inicia principalmente com a inserção da educação no âmbito das negociações internacionais por meio do Acordo Geral sobre o Comércio de Serviço (Gatts) desenvolvido por intermédio da Organização Mundial do Comércio (OMC). Maúes e Santos Bastos (2017) vão argumentar, por exemplo, que a educação superior brasileira vai formar-se em 1990 em meio a um processo de privatização e mercantilização, incentivada principalmente pela Reforma do Estado, no qual, o Estado não ficaria com a atividade exclusiva da Educação superior.

Atualmente no Brasil 87,9% das instituições de ensino superior corresponde ao setor privado, os estudantes ingressos em cursos de educação superior de graduação em 2017 foram 3,2 milhões de alunos, no qual 81,7% adentraram em instituições privadas (INEP, 2017). Esta conjuntura apresenta a clara transformação dos estudantes em consumidores da educação, em um país que tem por lei a obrigação de uma educação gratuita e de qualidade a sua população.

GRAFICO 1 – OS MAIORES CONGLOMERADOS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL



FONTE: CUNHA, 2018. ELABORAÇÃO: Autora.



Já em ambiente global, no formato do capitalismo, a exportação da educação superior já constitui grandes espaços (mercados), no qual beneficia principalmente os países centrais do capitalismo (AZEVEDO 2015). Os estudantes em mobilidade no exterior hoje consiste em cerca de 5 milhões, tendo como principal país de origem das mobilidades a China, no qual possui 869.387 estudantes móveis no exterior, correspondendo cerca de 17% do total dos estudantes, muito maior do que qualquer outro país. A Índia possui o segundo maior número de estudante em mobilidade no exterior, corresponde cerca de 6% do total mundial dos estudantes móveis (UNESCO, 2017).

TABELA 1 - BRASIL, UE E OS PRINCIPAIS PAÍSES COM MAIOR NÚMERO DE ESTUDANTES EM MOBILIDADE NO EXTERIOR NO ANO DE 2017

| <b>Países</b>                     | <b>Estudantes enviados</b> | <b>Principais Destinos</b> |                          |                          |
|-----------------------------------|----------------------------|----------------------------|--------------------------|--------------------------|
| <b>China</b>                      | 869.387                    | Estados Unidos - 309.837   | Australia - 128.498      | Reino Unido - 89.218     |
| <b>União Europeia<sup>5</sup></b> | 726.425                    | Reino Unido - 127.993      | Alemanha - 68.104        | Países Baixos - 52.046   |
| <b>Índia</b>                      | 305.970                    | Estados Unidos - 135.733   | Australia - 51.976       | Canadá - 19.905          |
| <b>Alemanha</b>                   | 119.021                    | Áustria - 28.474           | Reino Unido - 12.963     | Suíça - 11.495           |
| <b>Coreia do Sul</b>              | 105.360                    | Estados Unidos - 60.454    | Japão - 12.951           | Austrália - 8.316        |
| <b>França</b>                     | 90.717                     | Bélgica - 16.856           | Canadá - 15.603          | Reino Unido - 12.076     |
| <b>Cazaquistão</b>                | 89.505                     | Federação Russa - 69.895   | Quirguistão - 4.907      | Peru - 1.986             |
| <b>Arábia Saudita</b>             | 89.282                     | Estados Unidos - 58.385    | Reino Unido - 8.427      | Canadá - 5.979           |
| <b>Ucrânia</b>                    | 77.219                     | Polónia - 29.253           | Federação Russa - 22.440 | República Tcheca - 2.674 |
| <b>Brasil</b>                     | 58.841                     | Argentina - 12.789         | Estados Unidos - 12.357  | Portugal - 7.764         |

FONTE: UNESCO. Global Flow of tertiary Students. 2019. Elaboração: Autor.

<sup>5</sup> Os principais destinos das mobilidades da UE foram contabilizados a partir da análise dos 10 principais destinos dos 23 países membros da UE.

Como observado acima, os principais destinos dos estudantes em mobilidade atualmente constitui em três grandes regiões, no qual Azevedo (2015, p.36) chama de três grandes espaços (mercados), que constitui:

“América/Mundo com fonte os EUA; Europa/Mediterrâneo/África com principais atores o Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES) e países específicos da europa; Oceania/ Ásia com o núcleo de alguns países mais em específico a Austrália”.

Esses espaços segundo Azevedo (2015) tem essa atuação neste mercado porque possui características similares de grande relevância. Primeiramente as maiorias das instituições destes países aceitam a língua inglesa como língua franca, em consecutivo estas mesmas são reconhecidas por sua qualidade sendo referências internacionalmente, pois em sua maioria possuem uma economia que é baseada no conhecimento que incentiva o desenvolvimento da ciência, tecnologia e educação. Uma característica de grande relevância, é que estas instituições referenciais por sua educação superior alcançam o reconhecimento por parte em representar a potência e o poder de seu país, no qual este, possui o amparo de seu *soft power* que nada mais é que o poder de convencimento por meio da produção do conhecimento (AZEVEDO, 2015).

Em contrapartida, Amal e Borges (2015) mencionam que em meio a globalização no qual fomenta a internacionalização diversos agentes, a internacionalização das Instituições de Educação Superior (IES) é só mais um processo, no qual interliga atores nacionais e internacionais, com ambos o objetivo final de fortalecer o ensino.

Neste processo, Amal e Borges (2014) determinam dez formas de internacionalização, por meio de análise de citações de autores. Desta maneira, em uma escala e maior quantidade de citações, as formas de internacionalização foram mais citadas na seguinte ordem: “Intercâmbio de alunos, Intercâmbio de professores, Pesquisa em conjunto, Publicações e revistas estrangeiras, Currículo adaptados, Cursos à distância, Presença física (unidades no exterior), Visita de professores e presença de alunos estrangeiros” (AMAL; BORGES 2014).

Observa-se, desta maneira, que a forma de internacionalização mais citada e a principal apresentada neste trabalho até o momento, são as mobilidades acadêmicas, isto, pois, são as que mais deslocam estudantes e professores, e às quais as IES mais trabalham em novas cooperações e na criação de novos programas para a maior qualificação de ensino, pensando principalmente em sua inserção internacional. Mas as mobilidades acadêmicas são somente mais um elemento estratégico para a inserção internacional, quando tem a sua

efetivação e aprofundamento em demais relações, acarreta no estabelecimento de demais formas de internacionalização e concretização da inserção do âmbito internacional.

### **3.1 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA UNIÃO EUROPEIA**

A União Europeia como um bloco europeu de formação por meio de um *spillover*<sup>6</sup>, utiliza seu poder brando em conjunto com o modelo de sua formação para com seus demais parceiros. Exemplo claro e já explorado é a fomentação da educação superior, que a partir dos primeiros relacionamentos brasileiros e europeias são fortemente explorados e sempre estimulados a novos agentes e criação de novos recursos e instituições.

Segundo Saraiva (2018, p.279), os formuladores brasileiros identificavam a parceria com a UE como instrumento para fortalecer o prestígio e o reconhecimento internacional do país. E um dos agentes que também impulsionou a criação desta relação foi o engajamento dentro da área de ciência e tecnologia, que desde 2004 estaria sendo fomentada a partir do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica. Desta maneira, Saraiva (2018) argumenta que a expectativa brasileira de aumento de investimentos e transferência de tecnologia e inovação também favoreceu a assinatura da parceria estratégica.

Durante a V Cúpula Brasil - União Europeia em outubro de 2011, segundo a nota da V Brasil-União Europeia, publicada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, um dos temas enfatizados foi a importância estratégica do aumento da cooperação no papel da educação superior e sua internacionalização, modalidades acadêmica e pesquisas científicas, tecnológicas e de inovação. Para o fortalecimento dentro desses setores, esses parceiros decidiram aprofundar suas relações com base nos programas já existentes, como o programa Erasmus Mundus e Erasmus +, desenvolvidos pela União Europeia, e o projeto Ciências sem fronteiras, elaborado pelo Brasil.

Jane Knight (2003) define a área da internacionalização da educação superior como sendo “o processo consistindo em integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global no objetivo, nas funções ou na oferta de educação superior”, no qual, Maillard (2019) analisa que os elementos da dimensão internacional, intercultural e global remetem às várias

---

<sup>6</sup> Segundo Hass (1970), no escopo limita-se a decisões e objetivos relativos à realização de benefícios totais de um mercado comum existente, que tem por objetivo o transbordamento de ações coletivas que vão estimular a integração de novos autores e novas áreas de comum interesse,

direções de uma internacionalização, como também, os elementos característicos do mundo de interdependência em que os países vivem.

A União Europeia possui um engajamento sobre a internacionalização da educação do ensino superior, tanto para dentro da sua União entre seus países filiados, como também a expansão a partir de programas para o restante do mundo. Em 1999, o Bloco Europeu lançou o Processo de Bolonha, é um programa intergovernamental o qual procura a elevação do ensino superior europeu a um patamar único e harmônico dentro de todos os seus países filiados (COMISSÃO EUROPEIA, 2018). Para alcançar esses objetivos, o programa visou estimular reformas nacionais de educação, a construção de um quadro único comum que promoveria os intercâmbios, as mobilidades estudantis e programas de pesquisa e extensão. A partir deste na tentativa de inserir maior coerência entre os países europeus o tornando mais atrativo, acessível e competitivo foi criado o Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES), que estabelece que os 48 países europeus participantes se comprometam em:

introduzir um sistema de ensino superior de três ciclos, que consiste em estudos de licenciatura, mestrado e doutoramento; assegurar o reconhecimento mútuo das qualificações e dos períodos de aprendizagem no estrangeiro concluídos noutras universidades; aplicar um sistema de garantia da qualidade, a fim de reforçar a qualidade e a relevância da aprendizagem e do ensino (COMISSÃO EUROPEIA, 2018).

Tantos os países europeus como instituições privadas desenvolveram cada vez mais meios para a internacionalização da educação superior, acarretando a redução de normas e restrições com vistos, o desenvolvimento de programas governamentais para financiamentos estudantis, bolsas para facilitar essas mobilidades, entre demais ações. Entre inúmeros projetos sobre a educação superior e sua internacionalização, os mais importantes são os programas Erasmus +, Erasmus Mundus e o Horizon 2020.

Erasmus+, de 2014 à 2020, é um programa que apoia projetos, parcerias, eventos e mobilidade nas áreas de educação, treinamento, juventude e esporte, estágios, formação e demais oportunidades de financiamento para a cooperação em todos domínios, tanto entre os países europeus como entre os países parceiros em todo o mundo. O programa foi desenvolvido pelo Parlamento Europeu da UE, A Comissão Europeia em Bruxelas e é implementado pela Agência de Execução para a Educação, o Audiovisual e a Cultura (EACEA) em Bruxelas e as Agências Nacionais (AN) localizadas em cada um dos 33 países do programa (EUROPEN COMMISSION, 2017). Cerca de 16,5 bilhões de euros estão destinados ao programa para o seu funcionamento sendo ele dividido em imensas áreas,

estima-se que 17% esteja destinada a componentes internacionais e sua cooperação, distribuídas entre projetos de capacitação do ensino superior, mestrados conjuntos Erasmus Mundus, atividades Jean Monnet<sup>7</sup>, entre outros destinos (EUROPEAN COMMISSION, 2017).

O programa Erasmus Mundus é um programa que busca o incentivo à educação europeia por meio, em essencial, das mobilidades acadêmicas, como também aperfeiçoar e reforçar os laços existentes entre demais países do mundo a partir dessa área do ensino superior. Esse programa pode ser dividido em duas fases, a primeira no ano de 2004 a 2008, a qual foi mais específica para estudantes não europeus cursarem mestrados nas universidades europeias. A segunda fase aconteceu nos anos de 2009 a 2013, e, devido ao seu sucesso, ocorreram sua renovação e ampliação do programa, possibilitando bolsas de mestrados e doutorados de alto nível, a formulação de bolsas de instituições brasileiras para redes específicas de disciplinas e, até mesmo, consórcio institucional para a promoção do ensino superior Europeu (EUROPEAN COMMISSION, 2017).

Outro agente de relevância para a relação Brasil e União Europeia é o programa Horizonte 2020. Esse programa é o maior em investigação e inovação da União Europeia. Ele tem por objetivo o aumento da excelência europeia nas áreas científica, liderança industrial e a busca de soluções para desafios sociais europeus e mundiais, podendo ter a participação dos países membros da UE como os seus países associados. A partir de dados disponibilizados pela Comissão Europeia, 80 bilhões de euros serão destinados ao programa para os anos de 2014 a 2020.

O financiamento da UE cobre 100 % dos custos elegíveis para todas as atividades de investigação e inovação. Para as atividades de inovação, o financiamento cobre geralmente 70 % dos custos elegíveis, mas pode ascender a 100 % no caso das organizações sem fins lucrativos. Os custos indiretos elegíveis (por exemplo, custos de administração, comunicação e infraestrutura, material de escritório) são reembolsados através da aplicação de uma taxa fixa de 25 % dos custos diretos elegíveis (os que estão exclusivamente associados à implementação da atividade) (UNIÃO EUROPEIA, 2014, p. 25).

Com toda esta formulação da internacionalização da educação superior europeia, dentre toda a variedade, sua formulação complexa e constante melhora, em um documento solicitado pela Comissão de cultura e educação do Parlamento Europeu, os autores Hans de Wit et al. (2015), em análise a definição de Jane Knight sobre a internacionalização da

---

<sup>7</sup> As ações Jean Monnet visam promover a excelência dos estudos superiores sobre a União Europeia a nível mundial, organizadas por instituições de ensino superior. ( COMISSÃO EUROPEIA, 2018)

educação deduziram ser possível expandir esta significação para se adequar melhor à realidade europeia, sendo definido como:

o processo **intencional** de integrar uma dimensão internacional, intercultural ou global na finalidade, funções e entrega de ensino pós-secundário, **a fim de melhorar a qualidade da educação e pesquisa para todos os alunos e funcionários, e para fazer uma contribuição significativa para a sociedade**<sup>8</sup> (WIT et al., 2015, p.285).

Dessa maneira, a partir destas promoções da internacionalização da educação, a União Europeia promove cooperações internacionais em matéria de educação superior, ciência e tecnologia, dando assim ao Brasil uma oportunidade de desenvolvimento e reforço da cooperação entre ambos os atores, podendo, dessa forma, obter o domínio da ciência e tecnologia visando o aumento da competitividade, à inovação e ao crescimento econômico, elementos enfatizados e destacados durante a VI Cúpula Brasil-União Europeia.

### 3.2 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O Ensino Superior brasileiro é de responsabilidade da federação, estados e municípios, sendo elas de competências tanto em instituições federais como de instituições privadas. A federação por meio do Plano Nacional da Educação (PNE) sendo estabelecida a partir do Art.214 da Constituição da República Federativa do Brasil, estabelece a estratégia nacional da educação superior.

O Ministério da educação (MEC) fica responsável pelo estabelecimento das políticas da educação nacional, como também financia, orienta e supervisiona toda a rede por meio de vários agentes, como: A Secretaria de Educação Superior (SESu), a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), o Conselho Nacional de Educação (CNE), a Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a Fundação para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (OCDE, 2018).

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC) também possuiu um papel de extrema importância na educação superior, este organismo fornece o financiamento para pesquisa e inovação, em predominância por meio de sua agência associada o Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico, (CNPq) (OCDE, 2018).

---

<sup>8</sup> Tradução livre do autor.

O Ministério da Relações Exteriores também possui uma divisão muito importante em relação ao ensino superior, a Divisão de Temas Educacionais (DCE). Esta divisão tem a responsabilidade sobre os assunto no âmbito da cooperação educacional internacionalmente, acompanhando a realização de programas oferecidos pelo Brasil ou ofertado por demais países, e a manutenção juntamente com o MEC e o MCTIC do programa de Estudantes-Convênio de Graduação e Pós-Graduação (PEC-G, PEC-PG) (MEC, 218).

No mesmo segmento de inovação de demais países, impulsionado pela globalização, o Brasil, por meio da ascensão de vários agentes internos, ascendeu internacionalmente com o campo da educação e pesquisa. O primeiro movimento para o desenvolvimento deste setor foi a criação do Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) em 1960, que tinha como objetivo de ofertar a oportunidade para alunos estrangeiros de efetuarem a graduação em instituições públicas e particulares brasileiras. Este programa foi desenvolvido pelo MRE e o MEC em conjunto as Universidades Públicas e Privadas (MEC, 2018). Um importante impulso governamental para essa conquista vem por meio do novo PNE (2014-2024) que tem por objetivo o progresso da rede de educação brasileira a partir do aumento da acessibilidade à graduação e pós-graduação, como também o maior acesso às redes públicas, tentando desviar das redes privadas para, assim, diminuir as desigualdades, entre outros fatores (MEC, 2014).

Demais agentes que ajudaram na melhoria do ensino brasileiro, em primórdio, a internacionalização do ensino superior, são os organismos da Capes e o CNPq, que financiam inúmeras parcerias universitárias transnacionais, como também bolsas de estudos, benefícios para estudantes de pós-graduação, apoia projetos e pesquisas de brasileiros entre outros investimentos, cada qual com sua finalidade.

A Capes é um programa de extrema importância para a internacionalização do ensino brasileiro; ela possui investimentos para a formação de recursos nos países do exterior, promoção da cooperação e estimula a prática científica internacional. Um dos principais papéis desse programa é o desenvolvimento da expansão, consolidação e sempre inovação da pós-graduação (mestrado e doutorado) em todos os estados brasileiros. A missão da Capes é desenvolvida pela seguinte estrutura: avaliação da pós-graduação *stricto sensu*, acesso e divulgação da produção científica, investimento na formação de recursos de alto nível no país e exterior, promoção da cooperação científica internacional, indução e fomento da formação

inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e a distância (CAPES, 2019).

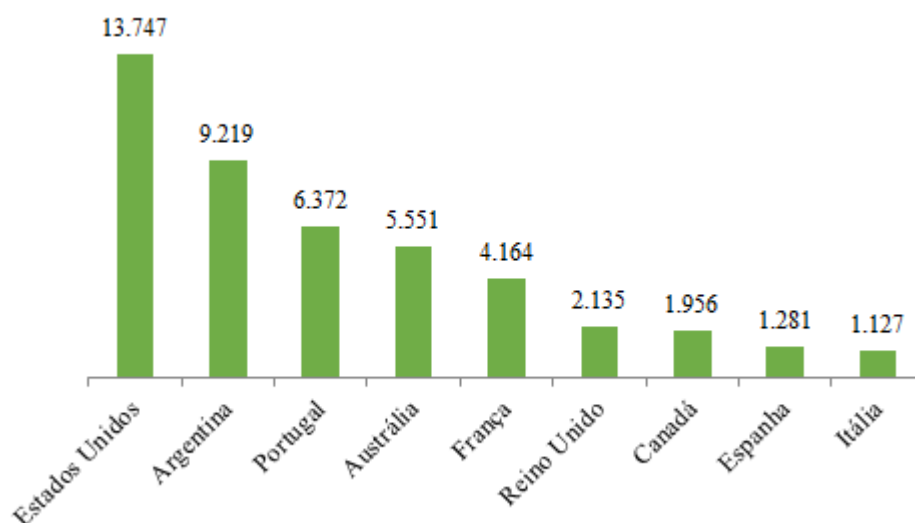
Atualmente a CAPES possui 450 projetos de pesquisa somente com parceiros internacionais, sendo a sua primeira parceria efetuada a 41 anos atrás com a França, tendo hoje 77 parceiros internacionais (INFOCAPES, 2019). Para a execução dessas parcerias, a CAPES investiu cerca de 700 milhões de reais em bolsas para o exterior nos anos de 2013 a 2017, tendo também financiado mais de 7,5 bilhões de reais em bolsas para o CsF entre os mesmos anos (CAPES, 2019). Para o maior fomento destas parcerias a Capes impulsionou novas formas de internacionalização “a CAPES desenvolve projetos para que as instituições planejem de forma estratégica a internacionalização, para que as cooperações não sejam apenas uma mobilidade de alunos e professores entre países (INFOCAPES, 2019)”.

Para esta fomentação a CAPES criou o CAPES-PRINT (Programa Institucional de Internacionalização) para adentrar as instituições brasileiras ao ambiente internacional a instituição procurou criar redes de pesquisas internacionais da pós-graduação e sua internacionalização, a fomentação das mobilidades de docente e de discentes, principalmente por meio de acordos de cooperações internacionais e integrando demais ações de internacionalização da CAPES, aprimorando a qualidade das produções acadêmicas e transformando as instituições brasileiras internacionalmente (CAPES, 2019).

O CNPQ também estimula a produção à prática científica e tecnológica brasileira com o objetivo para o avanço do conhecimento, inovação, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional. Para o fomento de seu objetivo, esse programa possui uma cooperação com inúmeros países, muitos europeus, formulando projetos e programas em conjunto. Atualmente, os países Europeus com os quais o CNPQ possui parceria, segundo os dados disponibilizados pelo portal do CNPQ (2018), são: Alemanha, Bélgica, Eslovênia, Espanha, Finlândia, França, Itália, Portugal e Reino Unido. Para esta internacionalização, o CNPQ ofertou cerca de 79% do seu orçamento para a pesquisa e a concessão de bolsa, correspondendo cerca de 1,11 bilhão de reais somente no ano de 2017 (CGU, 2017).

GRÁFICO 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTUDANTES BRASILEIROS DE NÍVEL TERCIÁRIO MÓVEIS NO EXTERIOR NO ANO DE 2017





FONTES: UNESCO. Global Flow of tertiary Students. 2019. ELABORAÇÃO: Autor.

O Brasil como muito dos países latino americano e caribenho possui uma visão muito diferente das demais regiões do mundo, no qual estão de acordo que a Educação Superior é um bem social, tendo de ser digna e com plena igualdade, sendo promovida gratuitamente pelo Estado. A partir desses princípios, em 1996 em Havana Cuba, foi desenvolvida a Primeira Conferência Regional da Educação Superior (CRES), com o objetivo de programar critérios de compatibilidade para a facilitação da internacionalização da educação superior e o incentivo a desenvolvimento científico nesta região.

Desta maneira, a partir desta conferência, com as características específicas desta região, ficou em acordo que, “o ensino superior é, ao mesmo tempo, um desenvolvimento social e insubstituível na produção, o crescimento econômico, o reforço da identidade cultural, mantendo a coesão social, o combate à pobreza e promoção da cultura paz” (UNESCO, 2018), sendo enfatizado em 2018 que sua “antítese seria a concepção de uma internacionalização mercantilista que favoreça os interesses hegemônicos e desnacionalizantes da globalização” (UNESCO, 2018).

Maillard (2019) vai evidenciar que a partir de seus valores centrais, a região latina americana e caribenha possuirá sua própria definição sobre a internacionalização da educação, no qual Gacel-Ávila define como:

um processo que integra nas funções substantivas das instituições de educação superior uma dimensão global, internacional, intercultural, comparada e interdisciplinar, cujo alcance é o fomento de uma perspectiva e consciência global

das problemáticas humanas em prol dos valores e das atividades de uma cidadania global responsável, humanista e solidária (GACEL-ÁVILA, 2006, p. 61).

A fomentação sobre a temática da educação efetuada tanto pelo Brasil como a União Europeia é de extrema importância para o estreitamento de suas relações estratégicas. A Internacionalização da Educação superior entre o Brasil e a União Europeia formula uma rede entrelaçada a partir de vários agentes e instituições. Além do fortalecimento desta área dentro da parceria estratégica, a internacionalização da educação perpassa esta parceria a partir de agências e programas já estabelecidos no Estado brasileiro e em vários países da União Europeia.

#### **4 O PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS**

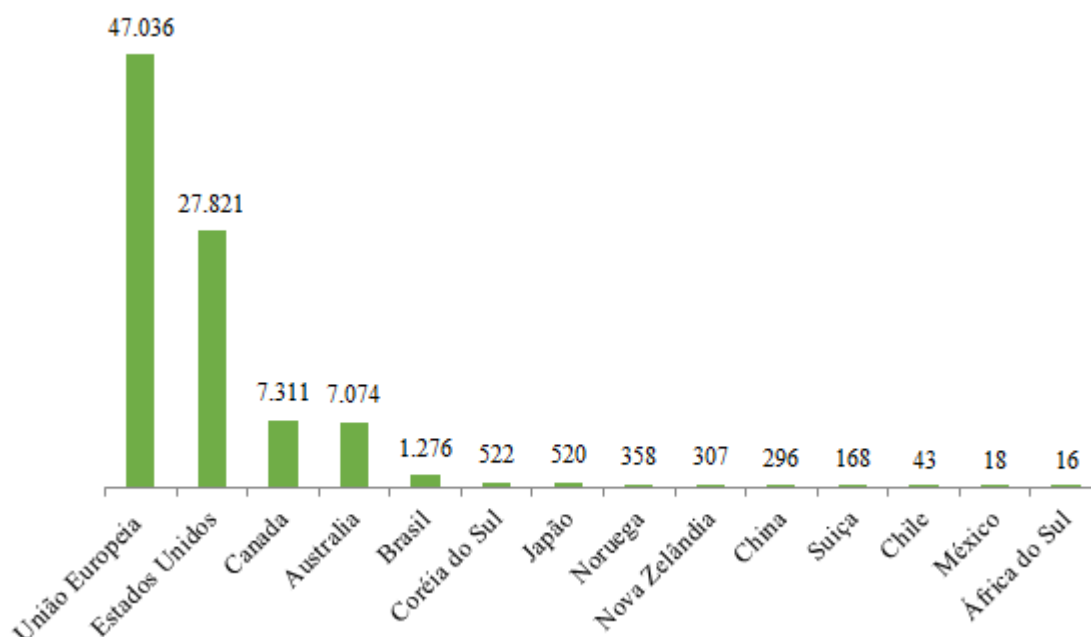
O Programa Ciência Sem Fronteiras (CSF) foi um programa desenvolvido pelo governo brasileiro entre os anos de 2011 a 2017. A iniciativa teve como apoio conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e do Ministério da Educação (MEC), e auxiliado pelos organismos como CNPq, Capes e Secretarias de Ensino Superior e de Ensino Tecnológico.

O objetivo do CSF, segundo o Decreto N° 7.624 da Presidência da República, foi incentivar a expansão e a consolidação da internacionalização da ciência e tecnologia, inovação e competitividade brasileira, contribuir para o processo de internacionalização das instituições de ensino superior e dos centros de pesquisa brasileiros, estimular e aperfeiçoar as pesquisas aplicadas no País, visando ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação, propiciar maior visibilidade internacional à pesquisa acadêmica e científica realizada no Brasil, entre demais fatores.

Para atingir seu objetivo, a Ciência Sem Fronteira contemplou áreas de ensino específicas, como: Engenharias e demais áreas tecnológicas; Ciências Exatas e da Terra; Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde; Computação e Tecnologias da Informação; Tecnologia Aeroespacial; Fármacos; Produção Agrícola Sustentável; Petróleo, Gás e Carvão Mineral; Energias Renováveis; Tecnologia Mineral; Biotecnologia; Nanotecnologia e Novos Materiais; Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; Biodiversidade e Bioprospecção; Ciências do Mar; Indústria Criativa (voltada a produtos e processos para desenvolvimento tecnológico e inovação); Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva; Formação de Tecnólogos (BRASIL, 2011).

Esse programa utilizou as mobilidades acadêmicas para que os estudantes tenham a oportunidade de contato com sistemas educacionais competitivos a setores de ciência e inovação, como também despertar o interesse de pesquisadores estrangeiros para se estabelecerem dentro do Brasil ou trabalhar em conjunto com pesquisadores brasileiros. Como objetivo inicial, o programa visava à utilização de até 101 mil bolsas no período de quatro anos. Segundo o painel de controle do Ciência Sem Fronteiras, com os dados recolhidos até janeiro de 2016, cerca de 92.880 alunos beneficiaram-se com as bolsas do programa.

GRÁFICO 3 - DISTRIBUIÇÃO DE BOLSAS IMPLEMENTADAS ATÉ O ANO DE 2016

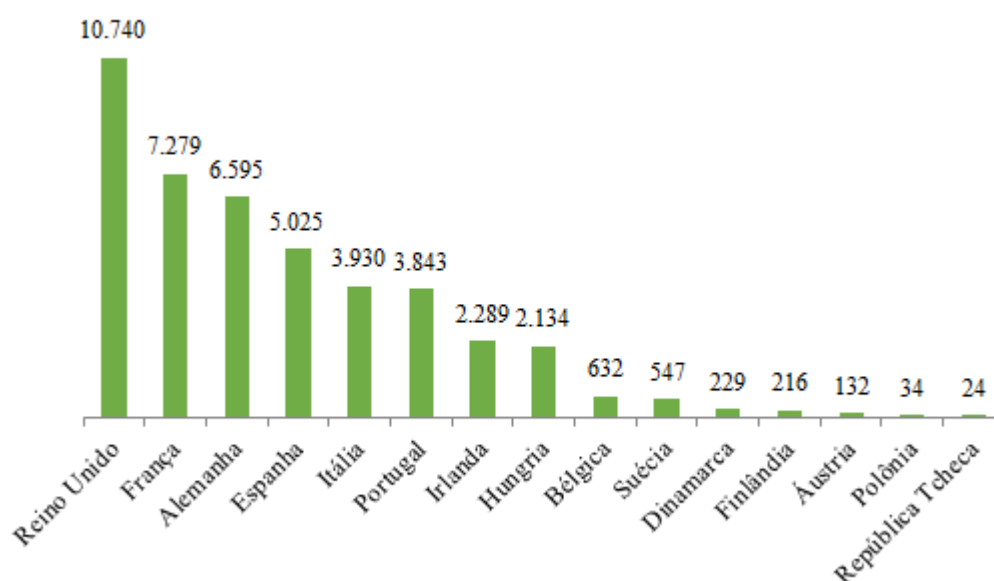


FONTE: Painel de Controle do Programa Ciência sem Fronteiras. ELABORAÇÃO: Autor.

Para atender os objetivos do programa, o CNPq e a CAPES concederam bolsas de estudos em instituição de excelência no exterior e no país a partir das seguintes modalidades: graduação-sanduiche, educação profissional e tecnológica, doutorado-pleno, pós-doutorado, para pesquisadores visitantes estrangeiros e para jovens talentos. Segundo o painel de controle do CsF (2016) dentre o total das bolsas implementadas, aproximadamente 78% foram bolsas da graduação-sanduiche. As demais modalidades de bolsas disponibilizadas pelo programa foram: pós-doutorado, doutorado pleno, doutorado-sanduiche e mestrado profissional.

O Programa CSF também possui grande impacto dentro de sua relação com a União Europeia na área da educação superior nos setores da ciência e tecnologia. Os países da UE que receberam estudantes, segundo o painel de controle do Ciência Sem Fronteiras até janeiro de 2016, foram: Reino Unido, França, Alemanha, Espanha, Itália, Portugal, Irlanda, Holanda, Hungria, Bélgica, Suécia, Dinamarca, Finlândia, Áustria, Polónia, República Checa e Grécia. Isto é, dos 28 países membros da União Europeia, 17 participaram ativamente do programa CSF, tendo recebido do total das mobilidades aproximadamente 50% dos estudantes contemplados com bolsas.

GRÁFICO 4 - DISTRIBUIÇÃO DE BOLSAS IMPLEMENTADAS NOS PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA



FONTE: Painel de Controle do Programa Ciência sem Fronteiras. ELABORAÇÃO: Autor.

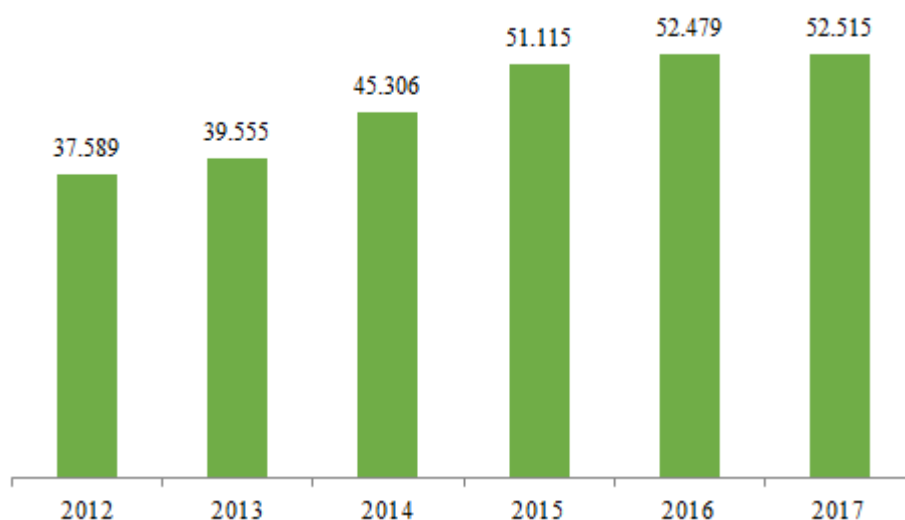
A partir do CSF, pela falta de competência linguística de muitos estudantes participantes do programa foi criado o Idioma sem Fronteiras (ISF) em 2012. Esse programa foi desenvolvido para dar suporte aos estudantes brasileiros em competência linguística e em prol da internacionalização do ensino superior brasileiro. O programa tem como responsáveis o MEC, o Sesu, e a Capes.

Em 2015, segundo Marques (2017), o programa Ciência Sem Fronteiras acabou por absorver grande parte do orçamento federal aplicado em educação, ciência, tecnologia e inovação, sendo 50% do orçamento do Capes, empregando 75% dos recursos do Programa de Apoio a Pós-Graduação (Proap) e o Programa de Excelência Acadêmica (Proex). E os gastos só foram elevando-se; no ano de 2011, segundo fonte do portal Capes e CNPq, os custos do CSF giravam em torno de 107 milhões de reais; já no ano de 2015, o custo chegou a aproximadamente 5 bilhões de reais. Com o alto custo, o governo Federal decidiu, em julho de 2016, aplicar um grande corte no programa, cerca de 3 bilhões de reais ao ano. Não sendo suficiente, em abril de 2017, depois de 13,2 bilhões de reais investidos no Ciência sem Fronteiras, o MEC anuncia que o Programa chega ao fim (MARQUES, 2017).

Em análise ao número de estudantes que entraram em mobilidade no Brasil, se observa uma crescente dos estudantes no nível superior as mobilidades internacionais, tendo entre os anos de 2012 a 2017 a adesão de quase 15 mil estudantes móveis no exterior, podendo

concluir desta maneira, que o programa Ciência sem Fronteiras conseguiu em partes o sucesso desejado.

GRÁFICO 5 - NÚMERO DE ESTUDANTES BRASILEIROS DE ENSINO SUPERIOR MÓVEIS NO EXTERIOR



FONTE: UNESCO. Global Flow of tertiary Students. 2019. ELABORAÇÃO: Autor.

Por outro lado, em análise aos objetivos do programa, aos resultados apresentados de um descontrole enquanto ao orçamento, em consequência a uma má gestão, Lignau e Navarro (2018) vão observar que o programa possuía uma estratégia muito mais discursiva do que uma proposta verdadeiramente educacional, no qual sua efetividade, segundo Conceição e França (2015) vai estar inserida muita mais em benefícios das instituições no qual os estudantes foram recebidos do que os próprios estudantes.

Portanto, “percebemos, o campo político/econômico, no caso do CsF, acentua efeitos de poder mais evidentes do que o campo educacional (LIGNAOU; NAVARRO, 2018, p.18)”, pois ao observar as problemáticas das universidades brasileiras, no qual permeia a questões financeiras, de acesso social e qualidade educacional, investir bilhões em internacionalização educacional, no qual eram direcionadas diretamente a unidades privadas do exterior (CONCEIÇÃO; FRANÇA, 2015), em específico na estadunidense que é hoje um dos países que mais investe no setor privado educacional (OCDE, 2018)<sup>9</sup>, se torna extremamente

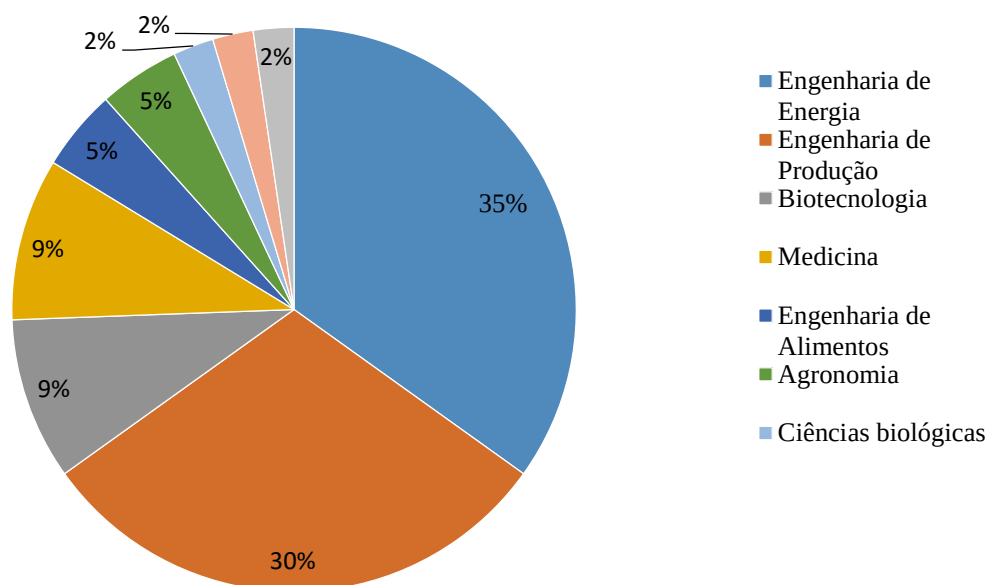
<sup>9</sup> Imagem de análise em anexo.

incoerente, pois, este montante poderia estar muito bem destinado ao verdadeiro público-alvo, todos os estudantes brasileiros.

#### 4.1 ESTUDO DE CASO: ESTUDANTES DA UFGD QUE PARTICIPARAM DO CSF

Segundo o painel de controle do Ciência Sem Fronteiras, com os dados recolhidos até janeiro de 2016, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) foi contemplada com 140 bolsas, sendo 97% na mobilidade de graduação sanduíche no exterior. Para a melhor análise do programa Ciência sem Fronteiras foi aplicado um questionário (em anexo) sobre os estudantes da UFGD que obtiveram a oportunidade de participar do programa. Foram recolhidas 43 respostas de estudantes de diversas áreas e todos participantes do programa a partir da mobilidade da graduação sanduíche.

GRÁFICO 6 - ÁREAS DE ENSINO DOS ESTUDANTES DA UFGD ALCANÇADOS PELO QUESTIONÁRIO.

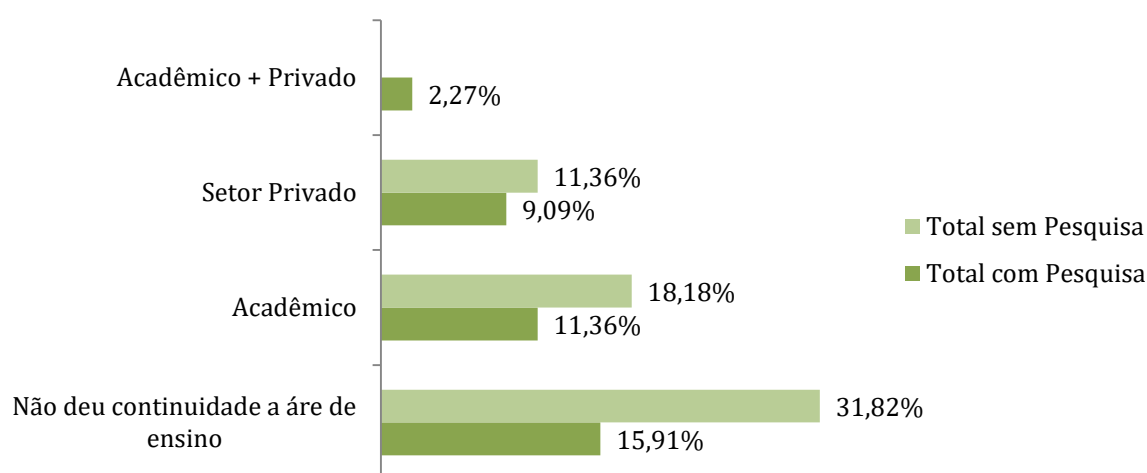


FONTE: Questionário aplicado e Elaborado pelo Autor.

O principal destino destes estudantes foi os Estados Unidos, tendo 58,1% das respostas feito sua mobilidade para este. O restante se dividiu entre os demais países: Canadá, Espanha, Irlanda, Itália, Polônia, Inglaterra e Alemanha.

Em análise sobre os objetivos traçados pelo governo no início do programa, uma das perguntas do questionário aplicado foi se os estudantes durante ou a partir da mobilidade desenvolveram alguma pesquisa científica. Cerca de 37% dos estudantes participaram de alguma pesquisa científica durante ou depois do programa, tendo aproximadamente 32% das respostas recolhidas dado continuidade à área acadêmica e 20% trabalhando na área privada. Em contraposição 46% dos estudantes não deram continuidade em sua formação profissional ou acadêmica na mesma área de ensino efetuado no período do programa.

GRAFICO 7 – ÁREA DE ATUAÇÃO DOS EGRESSOS DO CSF ALCANÇADOS PELO QUESTIONÁRIO



FONTE: Questionário aplicado e Elaborado pelo Autor.

Entre os 43 estudantes que responderam o questionário, 14 deles não possuíam a fluência da língua do país de destino, quando perguntado se o Idioma sem Fronteiras foi essencial para o aprendizado de tal idioma, 64% responderam que sim, tendo os demais não obtidos o conhecimento sobre o programa ou não ter considerado essencial para a sua formação.

Para uma perspectiva mais individual de suas experiências, no questionário aplicado foi deixado um espaço aberto para os estudantes que se sentiram mais à vontade descrever quais foram os pontos positivos e negativos durante a mobilidade. Um dos discursos apresentado pelos estudantes foi a satisfação de ter tido uma ótima experiência acadêmica e pessoal durante o intercâmbio, aperfeiçoamento da língua do país, o conhecimento de metodologias diferentes desenvolvendo um novo olhar profissional focado e técnico, o alto padrão universitário, tanto de infraestrutura como de professores renomados, o contato com



uma cultura diferente, e um bom suporte financeiro por parte do programa. No questionário a pessoa A10 afirmar que “um ponto positivo do programa é que foi os pagamentos das bolsas foram sempre em dia, recebemos todo o suporte necessário durante o período de intercâmbio, o suporte recebido pelo IIE<sup>11</sup> e Capes foram extremamente ótimos para mim” (ESPINDOLA, 2019).

Em divergência ao que foi apresentado, mesmo com a satisfação de ter participar do programa CSF, os estudantes apresentaram duras críticas ao memo. À fala de uma má administração é recorrente, tendo inúmeros relatos de estudantes que usaram o programa CSF como um meio somente para viajar de graça, sendo fortemente recomendada uma maior seleção e fiscalização dos universitários. Pessoa B12 descreve que:

[...] estudantes não levaram muito a sério o programa, não iam as aulas, só foram para viajar, sair, beber, curtir. O programa ameaçava mandar embora os alunos, mas ninguém foi mandado. Um exemplo era um aluno que nunca ia as aulas, só dormia, comia, bebia e festava. Havia como puxar o histórico do aluno na faculdade, verificar a quantidade de faltas, etc. E a partir disso, tomar providências. Acredito que o programa deveria ter selecionado melhor os candidatos e cobrado mais, pois haviam muitos outros candidatos que mereciam mais estar lá (ESPINDOLA, 2019).

Em análise ao que foi proposto pelo governo federal e a pesquisa realizada sobre os estudantes da UFGD, se observa que mesmo tendo todo aquele investimento apresentado á ingovernabilidade demonstrada, não trouxe todo o resultado que o programa tinha como potencial. Helena Nader presidenta da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) observa que “Pagamos quantias astronômicas em dólar a universidades estrangeiras sem que se fizesse uma avaliação do impacto desse investimento”, ela faz duras críticas argumentando que a internacionalização não é somente feita por meio de mobilidades de estudantes, necessitando de uma estratégia verdadeiramente elaborada (MARQUES, 2017).

---

<sup>10</sup> Nome fictício para manter em anonimato os relatores.

<sup>11</sup> A Comissão Fulbright no Brasil (Fulbright) é uma entidade binacional que promove, desde de 1957, intercâmbio educacional de alto nível entre o Brasil e os EUA. É responsável pela implementação do Programa Fulbright no Brasil, carro-chefe dos programa de intercâmbio financiados pelo Departamento de Estado dos EUA, além de um parceiro estratégico do governo brasileiro na cooperação educacional entre os dois países. (Portal CSF. 2018).

<sup>12</sup> Nome fictício para manter em anonimato os relatores.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 4 de julho de 2017, celebrou-se os 10 anos de Parceria Estratégica entre União Europeia e Brasil. Esses dois parceiros, em comemoração a essa data, publicaram um comunicado conjunto, enfatizando a importância e destaque dessa parceria.

As relações entre o Brasil e a União Europeia aliam a força da tradição e o impulso constante da renovação. Ao longo desses dez anos, aprofundou-se a cooperação em temas globais, ciência e inovação, tecnologia da informação e das comunicações, energia, direitos humanos, mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável e temas econômicos. O Brasil foi um dos primeiros países a estabelecer relações diplomáticas com a então Comunidade Económica Europeia, em 1960, e está convencido de que a Parceria Estratégica Brasil-União Europeia continuará a se aprofundar nos próximos anos, com renovados e crescentes benefícios concretos para nossas sociedades (Comunicado Conjunto Brasil-União Europeia – Dez anos da Parceria Estratégica, 4 de julho de 2017).

Apesar da comemoração dos 10 anos da parceria Estratégica Brasil-União Europeia, as relações desses dois atores vêm esfriando-se ao longo dos tempos. Primeiramente, dentro dessa Parceria Estratégica, na qual deveriam ser desenvolvidas cúpulas anuais, vem-se tendo um grande período de ausência desse encontro, sendo a última efetuada no ano de 2014.

Nota-se que, quando a cooperação em determinados setores é atraente às áreas de comum interesse, os agentes apoiam essa cooperação em determinadas temáticas tanto em termos políticos e financeiros. A internacionalização da educação é um claro exemplo; a partir da V cúpula Brasil União Europeia em que os dois atores analisaram o comum acordo de interesse da formação da cooperação em cima dessa temática, passaram a desenvolver programas, métodos e agentes para a promoção e incentivo de cada vez mais esta área.

No início da Parceria Estratégica Brasil-UE, ambos os atores possuíam interesses comuns, mas as conjunturas modificam-se, e os olhares desses dois agentes são outros. Porém, mesmo o distanciamento e o cancelamento de certos programas como o Ciência sem Fronteiras e Erasmus Mundus, ainda se observa que o Brasil e a União Europeia possuem laços cooperativos que permanecem incentivando o setor da internacionalização da educação, como as parcerias estabelecidas entre alguns países da UE e o CNPq, e o programa Horizon 2020, isto é, parcerias que ainda possuem um olhar voltado para a internacionalização da educação superior.

A internacionalização da educação superior neste contexto de globalização pode ser contestada de duas formas, segundo Azevedo (2015) a internacionalização pode ser por vias

solidárias de integração, nesta troca de conhecimento, como os apresentados pelo Brasil e os países da América do sul e caribenha por meio do CREES, no qual tem por objetivo a facilitação do acesso ao conhecimento entre os países a partir de seus valores de uma educação pública e gratuita, ou a internacionalização pode ser feita por intermédio do mercado acadêmico, e o claro programa brasileiro que se inseriu neste mercado foi o CsF que tinha como principal objetivo o incentivo aos mercados industriais e o desenvolvimento científico. Mas mesmo com seu certo sucesso o contexto do país não conseguiu dar continuidade ao programa, o Brasil passava e ainda passa por momentos delicados políticos e econômicos, com sua alta taxa de juros, o congelamento orçamentário da educação em primórdio, como também casos de corrupção, entre outros elementos.

Um ponto a ser ressaltado e foi constantemente apresentado nas respostas do questionário aplicado nos estudantes da UFGD que participaram do programa CsF, foi o mal gerenciamento do programa, que investiu em milhares de reais e muitas pessoas não souberam aproveitar a oportunidade recebida, e muito mais em um dos relatos um estudante ressaltou: “cabe destacar que creio que o governo da época deveria ter priorizado maiores investimentos na educação básica, pois não faz sentido aquele tanto de investimento no programa CSF sendo que a educação básica tão precária quanto ao que temos hoje ESPINDOLA, 2019”.

Este ponto é muito importante a se ressaltar, pois mesmo com os benefícios profissionais e educacionais adquiridos pelos estudantes por meio do CsF, e o estreitamento das relações entre o Brasil e os demais países em conjunto a internacionalização das IES, se torna inconsistente quando “o custo médio por aluno do CSF é quase cinco vezes maior que o custo per capita dos alunos de universidades públicas no Brasil (CONCEIÇÃO; FRANÇA, 2015)”, no qual este investimento poderia estar sendo direcionado a educação pública e principalmente básica precária do país.

## REFERÊNCIAS

AMAL, Mohamed; BORGES, Gustavo da Rosa. *Internacionalização de Instituições de Ensino Superior: Uma perspectiva sobre a mobilidade estudantil*. Internacionalização na educação superior: políticas, integração e mobilidade acadêmica. Blumenau: Edifurb, 2015. p. 69-85.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Internacionalização e Transnacionalização da educação Superior: Trata-se de formação de um campo social global ou de um mercado mundial em construção? Internacionalização na educação superior: políticas, integração e mobilidade acadêmica. Blumenau: Edifurb, 2015. p.25-49.

COSTA, Olivier. *A União Europeia e sua política exterior: história, instituições e processo de tomada de decisão*. Brasília: Funag, 2017. 224 p.

CONCEIÇÃO, Otavio Conozzi; FRANÇA, Marco Túlio Aniceto. *O Programa Ciência sem Fronteiras contribui na formação dos estudantes? Uma análise a partir do Enade 2013*. Rio Grande do Sul, 2016.

BARTHELMESS, Eugênia. *Brasil e União Europeia: A construção de uma parceria estratégica*. Ministério das Relações Exteriores Instituto Rio Branco. LIII Curso de Altos Estudos – 2008.

CARVALHO, Joaquim; MAIA, Rita. *Ensino superior e pesquisa na UE e no Brasil: enquadramento, políticas e estruturas*. Projeto Alisios: Documento do Trabalho n. 1, julho de 2014.

COLUCCI, Elizabeth; COSTA, Ana Sheila; SILVA, Rossana. *Estratégias de internacionalização na Europa e no Brasil e o impacto do programa ciência sem fronteiras*. Projeto ALISIOS: Documento do Trabalho, n. 2, abril de 2015.

CARVALHO, Joaquim; MAIA, Rita. *Repensar o papel da mobilidade na cooperação internacional na Europa e no Brasil*. Projeto ALISIOS: Relatório Final. Dezembro de 2015.

CUNHA, Rui Faria da. *Brasil-união europeia: um passo para a frente, dois para trás? A União Europeia alargada em tempos de novos desafios*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2014. p. 143-152.

CUNHA, Joana. *Conglomerados do ensino superior avançam sobre a educação básica*. Folha de S. Paulo, 17.jun.2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/facsimile/2018/06/17/>>. Acesso em: 20 out. 2019.

DANESE, SÉRGIO. *Diplomacia presidencial: história e crítica*. 2. ed. rev. – Brasília : FUNAG, 2017. 641 p. – (Coleção relações internacionais)

HAAS, Ernst B. *The Study of Regional Integration: Reflections on the Joy and Anguish of Pretheorizing*. International Organization, v. 224, n. 4, 1970. p. 607-646.

LAUS, Sônia Pereira. *A internacionalização da educação superior: gênese e relevância*. Globalização e relações internacionais (Recurso eletrônico) : casos de ensino / Carlos R. S. Milani e João Martins Tude (organizadores). - Rio de Janeiro : Editora FGV, 2015. p. 114-125.

MAUÉS, Olgaíses Cabral; BASTOS, Robson dos Santos. *Políticas de internacionalização da Educação Superior: o contexto brasileiro*. Educação revista quadrimestral. Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 333-342, set.-dez. 2017.

GACEL-ÁVILA, Jocelyne. *La dimensión internacional de las universidades: contexto, procesos, estrategias*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, Coordinación General de Cooperación eInternacionalización, 2006.

GERALDI, Ronaldo Guimarães. A aplicação do conceito de poder brando (soft power) na política externa brasileira. Dissertação (Mestrado em Administração) - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas - FGV, Rio de Janeiro, 2006.

KNIGHT, Jane. *Updating the Definition of Internationalization*. International Higher Education. 2015.

LAMBERT, Renaud. *A onda rosa – Disputa pelo poder*. Le Monde diplomatique Brasil. América do Sul, Ed 33. Abr, 2010. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/a-onda-rosa/>>. Acesso em: 20, out. 2019.

LINGNAU, Carina Merkle; NAVARRO, Pedro. “Ciência sem Fronteiras” como acontecimento discursivo e dispositivo de poder/saber. Educação em Revista, n.34. Belo Horizonte, 2018.

MAILLARD, Nicolas. *O gestor de relações acadêmicas internacionais no Brasil: práticas, papéis e desafios*. [recurso eletrônico] / Nicolas Maillard ; coordenado pela SEAD/ UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019. 129 p.

MARQUES, Fabrício. Financiamento em Crise. Pesquisa Fapesp 256. Junho, 2017. 29p. Disponível em: <[http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2017/06/020\\_financiamento\\_256-1.pdf](http://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2017/06/020_financiamento_256-1.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2018

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar; HEINZLE, Marcia Regina Selpa (orgs.). *Internacionalização na Educação Superior - Políticas, Integração e Mobilidade Acadêmica*. Blumenau: Edifurb, 2015. 280 p.

PEREIRA, Demetrius Cesário; PRADO, Paola Gonçalves Rangel do. *A participação e promoção dos interesses do empresariado nas Cúpulas Brasil –União Europeia de 2007 a 2014*. Encontro Nacional da ABRI. São Paulo, 2015.

SARAIVA, Miriam Gomes. As Relações Com A União Europeia (2008-2015) . Desafios para a construção de uma agenda comum entre Brasil e Europa. Série Relações Brasil-Europa; v.1. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2011. p. 235-274.

WIT, Hans de; HUNTER, Fiona; HOWARD, Laura; EGRON-POLAK, Eva. *Internationalisation of higher education*. Documento solicitado pela Comissão de Cultura e Educação do Parlamento Europeu. Bruxelas: União Europeia, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.2861/6854>>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BRAZIL - EUROPEAN UNION. Brazil-european Union Strategic Partnership Joint Action Plan. I Summit, Rio de Janeiro, 22 december 2008. Disponível em: <[https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/2008\\_joint\\_action\\_plan\\_en\\_0.pdf](https://eeas.europa.eu/sites/eeas/files/2008_joint_action_plan_en_0.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Plano Nacional de Educação 2014-2024. Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

CGU. RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Administração Central. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – CGU. Secretaria Federal de Controle Interno. Brasília. 2017. Disponível em: <<https://auditoria.cgu.gov.br/download/11986.pdf?fbclid=IwAR2VitiYFTUmyxm7uu0xXL3ZgKIzM1dcr7j1ef7EYT7BxIAqyqW4kpWXvIk>>. Acesso em: 10 out. 2019.

CAPES, Fundação. Programa Institucional de Internacionalização – CAPES - PrInt. Novembro, 2017. Disponível em: <<https://capes.gov.br/bolsas-e-auxilios-internacionais/capes-print>>. Acesso em: 15 set. 2019.

CAPES, Fundação. História e Missão. Junho, 2008. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/historia-e-missao>>. Acesso em: 10 set. 2019.

CAPES, Fundação. Orçamento - Evolução em reais. Setembro, 2008. Disponível em: <<https://www.capes.gov.br/orcamento-evolucao-emreais?fbclid=IwAR2rA6JCFxlll5PISkQX0ymsuFIMX8OmgotbPrLdVsDxGCI9HoParNPILFY>>. Acesso em: 25 set. 2019.

CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS. Painel de Controle do Programa Ciência Sem Fronteiras. Disponível em: <<http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/painel-de-controle>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

CNPq, MCT. Apresentação. Disponível em: <[http://cnpq.br/apresentacao\\_institucional](http://cnpq.br/apresentacao_institucional)>. Acesso em: 12 mai. 2019.

COMISSÃO EUROPEIA. Educação e Formação. Sobre a política de ensino superior, 2019. Disponível em: <[https://ec.europa.eu/education/policies/higher-education/bologna-process-and-european-higher-education-area\\_pt](https://ec.europa.eu/education/policies/higher-education/bologna-process-and-european-higher-education-area_pt)>. Acesso em: 05 mar. 2019

COMISSÃO EUROPEIA. Uma parceria reforçada entre a União Europeia e a América Latina. 2005. Disponível em: <<http://eeas.europa.eu/archives/docs/lac/publication/pt.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

COMISSÃO EUROPEIA. Horizon 2020 em breve palavras. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2014. Disponível em: <[https://ec.europa.eu/programmes/horizon2020/sites/horizon2020/files/H2020\\_PT\\_KI0213413PTN.pdf](https://ec.europa.eu/programmes/horizon2020/sites/horizon2020/files/H2020_PT_KI0213413PTN.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2018.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. 2nd Brazil - European Union Summit. Rio de Janeiro, 22 December 2008. Disponível em: <<http://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-17602-2008-INIT/en/pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. Third European Union-Brazil Summit Joint Statement. Stockholm, 6 October 2009. Disponível em:



<[https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_Data/docs/pressdata/en/er/110440.pdf](https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/en/er/110440.pdf)>.

Acesso em: 23 ago. 2018.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. IV European Union-Brazil Summit Joint Statement. Brasília, 14 July 2010. Disponível em:

<[https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/en/er/115812.pdf](https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/er/115812.pdf)>.

Acesso em: 22 mai. 2019.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. V European Union-Brazil Summit Joint Statement. Brussels, 4 October 2011. Disponível em:

<[https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_Data/docs/pressdata/EN/foraff/124878.pdf](https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_Data/docs/pressdata/EN/foraff/124878.pdf)>.

Acesso em: 23 mai. 2019.

DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA NO BRASIL. O Brasil e a União Europeia. 11 de maio de 2016. Disponível em: <[https://eeas.europa.eu/delegations/brazil/7348/o-brasil-e-ue\\_pt](https://eeas.europa.eu/delegations/brazil/7348/o-brasil-e-ue_pt)>. Acesso em: 28 jun. 2018.

EUBRASIL. Cúpula UE-Brasil, Lisboa, 4 de julho de 2007. EUBrasil, 2007. Disponível em: <<http://www.eubrasil.eu/en/2007/07/04/eu-brazil-summit-lisbon-4-july-2007/>>. Acesso em: 13 mai. 2019.

EUROPEAN COMMISSION. The Erasmus+ Programme. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2017. Disponível em: <<https://op.europa.eu/en/publication-detail/-/publication/def6a811-f4ee-11e7-be11-01aa75ed71a1/language-en/format-PDF/source-107344786>>. Acesso em: 02 fev. 2018

ESPINDOLA, Isabella Felix. Questionário: Ciências sem Fronteiras. docs.google. Dourados, 2018. Disponível em: Anexo

INEP, Ministério da Educação. CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - Notas Estatísticas 2017. Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED). 2017. Disponível em:

<[http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2018/censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2017-notas\\_estatisticas2.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf)>. Acesso em: 08 ago. 2019.

INFOCAPES. Cooperação Internacional. CAPES, edição 10. Agosto, 2019. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/infocapes/010-agosto-2019/>>. Acesso em: 25 set. 2019.

INFORMATIVO DE BRUXELAS. 7º Cúpula Brasil-União Europeia. Informativo da Confederação Nacional da Indústria. Fevereiro de 2014. Disponível em: <[http://www.abifina.org.br/download/IdB.Fevereiro\\_2014.pdf](http://www.abifina.org.br/download/IdB.Fevereiro_2014.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2018.

INFORMATIVO DE BRUXELAS. Parlamento Europeu Cria Delegação para as Relações com o Brasil. Informativo da Confederação Nacional da Indústria. Março de 2014. Disponível em: <[http://www.abifina.org.br/download/IdB.Mar%C3%A7o\\_2014.pdf](http://www.abifina.org.br/download/IdB.Mar%C3%A7o_2014.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *V Cúpula Brasil-união Europeia - Declaração Conjunta e Plano de Ação Conjunta - Bruxelas, 4 de outubro de 2011.* Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/2781-v-cupula-brasil-uniao-europeia-declaracao-conjunta-bruxelas-4-outubro-de2011#PAC>>. Acesso em: 28 de jun. 2018.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Declaração Conjunta aprovada por ocasião da VI Cúpula Brasil - União Europeia - Brasília, 24 de janeiro de 2013.* Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/3298-declaracao-conjunta-aprovada-por-ocasio-da-vi-cupula-brasil-uniaoeuropeia-brasil-24-de-janeiro-de-2013>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

MECS - MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E DO ENSINO SUPERIOR. Processo de Bolonha. Portugal em Ação. Disponível em: <[file:///C:/Users/bella/OneDrive/Inicia%C3%A7%C3%A3o%20-%20Copia/Processo%20de%20Bolonha%20-%20MCES%20de%2031\\_10\\_2005.pdf](file:///C:/Users/bella/OneDrive/Inicia%C3%A7%C3%A3o%20-%20Copia/Processo%20de%20Bolonha%20-%20MCES%20de%2031_10_2005.pdf)>. Acesso em: 28 jun. 2018.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Idioma sem Fronteiras*. Disponível em: <<http://isf.mec.gov.br/programa-isf/entenda-o-isf>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

MEC - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Plano Nacional De Educação - Lei Nº 13.005/2014*. 2014. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

MRE - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Comunicado Conjunto Brasil - União Europeia - Dez Anos de Parceria Estratégica*. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/16723-dez-anos-da-parceria-estrategica-brasil-uniao-europeia>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

MRE - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *União Europeia*. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5812-uniao-europeia>>. Acesso em: 28 jun. 2018.

OECD. Spending on tertiary education (indicator). doi: 10.1787/a3523185-en. 2019 .Acesso em: 12 set. 2019.

OCDE. *Repensando a Garantia de Qualidade para o Ensino Superior no Brasil - Revisões das Políticas Nacionais para a Educação*. OECD, 2018.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto Nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm)>. Acesso em: 28 jun. 2018.

SMART POWER. Joseph Ney na FAAP. 028, 2010. Disponível em: <[http://www.faap.br/cea/pdf/224\\_028a035.pdf](http://www.faap.br/cea/pdf/224_028a035.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2018.

UNESCO, Instituto de Estatística da. *Fluxo global de alunos de nível superior*. 2019. Disponível em: <<http://uis.unesco.org/en/uis-student-flow#slideoutmenu>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação* – 1998. Conferência Mundial sobre Educação Superior. Paris, 9 de outubro de 1998. Biblioteca virtual USP. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-a-Educa%C3%A7%C3%A3o/declaracao-mundial-sobre-educacao-superior-no-seculo-xxi-visao-e-acao.html>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

UNIÃO EUROPEIA. *HORIZON 2020 em breves palavras*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2014. Disponível em: <[https://ec.europa.eu/programmes/horizon2020/sites/horizon2020/files/H2020\\_PT\\_KI0213413PTN.pdf](https://ec.europa.eu/programmes/horizon2020/sites/horizon2020/files/H2020_PT_KI0213413PTN.pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2019.

UNIÃO EUROPEIA. *Jean Monnet*. Comissão Europeia, 2019. Disponível em: <[https://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/opportunities/jean-monnet\\_pt](https://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/opportunities/jean-monnet_pt)>. Acesso em: 17 ago. 2019.

## ANEXO 1 - IMAGEM - GASTOS COM O ENSINO SUPERIOR NOS SETORES PÚBLICO E PRIVADO DE 2016



Fonte: OCDE, 2019 Elaboração: OCDE, 2019 ( Países em destaques: 23 países da UE)

## **ANEXO 2 - Questionário: Ciências sem Fronteiras**

As respostas deste questionário serão utilizadas para o trabalho acadêmico "A Dimensão da Educação na Relação Brasil União Europeia: O programa Ciência sem Fronteiras"

**\*Obrigatório**

**1. Endereço de e-mail \***

**2. Por favor informe o curso de ensino que efetuou no período do programa CsF. \***

*Marcar apenas uma oval.*

Biotecnologia

Ciências biológicas

Engenharia de produção

Medicina

Engenharia de Energia

Engenharia de Alimentos

Química

Agronomia

Sistema de informação

Zootecnia

Outro:

**3. Por favor informe o país que você ficou no período do programa CsF. \***

*Marcar apenas uma oval.*

Estados Unidos

Italia

Espanha

Japão

Canadá

Polônia

Inglaterra

Reino Unido

Noruega

Holanda

Alemanha

Irlanda

Austrália

França

Gales

Nova Zelândia

Portugal

Outro:

**4. Participou do programa CsF a partir de qual bolsa? \***

*Marcar apenas uma oval.*

Graduação-sanduíche

Mestrado

Doutorado sanduíche

Doutorado pleno

Pós-doutorado

Outro:

**5. Possuiu alguma pesquisa científica desenvolvida durante o programa?**

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

**6. Possuiu alguma pesquisa científica desenvolvida a partir do programa?**

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

**7. Atualmente ainda trabalha/pesquisa na mesma área de ensino desenvolvida durante o programa?**

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

**8. Se sim, em que setor se encontra atualmente?**

*Marcar apenas uma oval.*

Público

Privado

Acadêmico

Outro:

**9. Quando participou do programa possuía o idioma do país de destino? \***

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

**10. Se não, o programa Idioma sem Fronteiras foi essencial para o aprendizado de tal idioma?**

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

Não tive conhecimento ou acesso ao programa.

**11. Hoje considera que o programa Ciências sem Fronteiras foi um agente fundamental ou de grande importância para sua formação profissional/acadêmica?**

*Marcar apenas uma oval.*

Sim

Não

**12. Por favor, se estiver a vontade, descreve como foi ter participado do programa CsF, os principais pontos positivos e as principais dificuldades apresentadas neste período.**

### ANEXO 3 – Respostas da questão número 12 do questionário.

A melhor experiência pessoal e acadêmica que eu já tive. Grande crescimento como estudante, vivenciei a medicina em outro país, percebi os pontos positivos e negativos da medicina no meu país. Aperfeiçoei o inglês, me tornando fluente.

Durante o meu período de intercâmbio, aprendi muita coisa, especialmente a língua inglesa e o conhecimento de novas culturas. O Ciências sem fronteiras abriu muito a minha cabeça de diversas maneiras. Um ponto positivo do programa é que foi os pagamentos das bolsas foram sempre em dia. Recebemos todo o suporte necessário durante o período de intercâmbio. O suporte recebido pelo IIE e Capes foram extremamente ótimos para mim. Um ponto negativo, é que não houve muita cobrança durante o período. Não digo por mim, já que sempre fui dedicado e fiz tudo certo. Mas outros estudantes não levaram muito a sério o programa, não iam as aulas, só foram para viajar, sair, beber, curtir. O programa ameaçava mandar embora os alunos, mas ninguém foi mandado. Um exemplo era um aluno que nunca ia as aulas, só dormia, comia, bebia e festava. Havia como puxar o histórico do aluno na faculdade, verificar a quantidade de faltas, etc. E a partir disso, tomar providências. Acredito que o programa deveria ter selecionado melhor os candidatos e cobrado mais, pois haviam muitos outros candidatos que mereciam mais estar lá.

A participação no programa CsF foi fundamental para ampliar meus horizontes, pude aprender muito durante o período que estive no exterior, conhecer novas tecnologias e técnicas de abordagem de um conteúdo. As dificuldades encontradas foi o choque cultural e o idioma, que no caso quando fui, não tinha o domínio do mesmo.

O programa foi um ótima experiência para minha formação. Me mostrando os reais campos de atuação de um engenheiro de energia e me dando habilidades que eu já ganharia da maneira que é a graduação em nosso país.

Pontos positivos: aprendizado de uma nova língua, conhecimento de uma cultura totalmente diferente da qual eu sempre conheci, amadurecimento profissional com estágio. Dificuldades: método de ensino da universidade muito diferente, estrangeiro não é bem recebido pelos norte-americanos. Acredito que o programa tenha falhado em vários aspectos, mas principalmente no quesito “seleção dos universitários”. Grande parte dos alunos parecia estar em uma colônia de férias, não deu valor ao programa, fazendo com que o mesmo perdesse o valor e acabasse. Se todos tivessem valorizado a oportunidade, traríamos um bom resultado em conhecimento para o Brasil, e o programa não teria acabado.

Melhor ano da minha vida em termos pessoais e acadêmicos. Certamente foi uma experiência que levarei para o resto da minha vida. Ter contato direto com uma nova cultura e uma diferente metodologia de ensino é uma experiência única e muito agregadora, além de adquirir fluência em língua secundária. As dificuldades foram mínimas, no meu caso, mas tive colegas que sofreram com dificuldade financeira devido à má gestão da bolsa recebida, saudades do Brasil e das pessoas, além de conflitos causados por diferenças culturais.

O intercâmbio foi mudou minha carreira acadêmica. A partir dele me encontrei em meu curso, aprendi muito e mudei o jeito que penso. Hoje faço mestrado na área que me apaixonei durante o intercâmbio e não pretendo mudar de área mais.

Ótima experiência. O maior ponto positivo foi a mudança na forma que via o mundo.

O CSF foi uma experiência incrível esse 1 ano que eu passei na Alemanha. Aprendi muito em vários aspectos, tanto cultural quanto técnico, e creio q foi uma grande oportunidade para melhorar o meu currículo. Porém, eu creio que no programa faltou maiores critérios na seleção e uma fiscalização no período de vigência e regras sobre o desempenho dos alunos no exterior, pois tinham muitos conhecidos e colegas que simplesmente só foram para viajar e nem sequer apareciam em sala de aula. Outro ponto que cabe destacar que creio que o governo da época deveria ter priorizado maiores investimentos na educação básica, pois não faz sentido aquele tanto de investimento no programa CSF sendo que a educação básica tão precária quanto ao que temos hoje. Em resumo, o CSF foi muito bom para quem o usufruiu, mas para o Brasil como um todo não foi positivo, pois o nosso país tem outras prioridades nesse e naquele momento.

O programa CsF foi um divisor de águas em minha carreira profissional e pessoal. O pragmatismo americano e o aprendizado por projetos foram cruciais para o profissional que me tornei hoje. Infelizmente a falta de critério de participação no programa permitiu que diversas pessoas fizessem o programa apenas para "curtir" e esse foi o



maior erro do programa. Uma seleção melhor realizada poderia permitir que todo o conhecimento adquirido fosse trago de volta ao país, mas sem dúvidas foi um dos melhores programas já criados pelo governo. Todas as lacunas de minha instituição de ensino titular foram não apenas corrigidas como aprimoradas.

Fui do primeiro edital do 'CsF' e acompanhei o desenrolar do programa. A meu ver, o programa foi bem sucedido inicialmente, enviando alunos com prévio conhecimento do idioma e que estavam realmente interessados em desenvolver o currículo. Posteriormente, com a redução dos critérios de desempenho e de conhecimento do idioma, além das pessoas saberem como era o programa, ocorreu, de certa forma, a banalização do mesmo. Alunos passaram a pegar matérias que pouco agregavam ao currículo de forma a terem mais tempo para aproveitarem o tempo viajando. No aspecto de custos, uma state University nos EUA tem custo inferior ao de um aluno médio das universidades federais no Brasil. Fiz diversas matérias e, inclusive, foi justamente trabalhando na construção civil nos EUA que aprendi sobre o foco que vou dar a minha empresa. O programa poderia ser restabelecido se for melhor estruturado os requisitos e as matérias a serem desenvolvidas tiverem maior escrutínio por parte do gestor.

Pontos positivos: Conhecer uma nova cultura abre uma percepção diferenciada de tudo ao seu redor, possibilitando enxergar com outros olhos um mesmo problema, o que traz novas soluções (metodologias novas, formas de agir e pensar em âmbito pessoal/profissional). O ensino realizado por lá proporciona aprendizado focado, enxuto e principalmente direcionado ao que o mercado de trabalho requiere para aquela formação (indústria pediu à universidade a implementação de matéria para adequar engenheiros ao que precisam). O que é totalmente o contrário ao observado no Brasil, em que o ensino é disperso e "largado" (Lá nos EUA os professores focavam a matéria em certos aspectos e trabalhavam bem aquilo (certos capítulos de um livro, por exemplo), enquanto no Brasil tentam ensinar quase um livro inteiro em um semestre, deixando alunos largados pra se virar, perdidos entre uma imensa quantidade de conteúdos). Resumindo, o ensino é mais efetivo e objetivado ao mercado de trabalho, o que acaba trazendo mais conhecimento "útil" ao aluno. Pontos negativos/dificuldades: No início, o período de adaptação à cultura e costumes locais, língua, alimentação, etc. Enquanto não aprender a pensar na língua estrangeira, sempre aquela travadeira, esquecendo palavras, tentando traduzir algo do português para o inglês na hora, o que era uma bagunça. Em certas partes do processo, devido ao grande contingente de alunos no CSF, foi necessário se virar sozinho em assuntos não tão simples. O que aconteceu comigo e alguns outros alunos, houve confusão e nosso responsável da universidade entrou em férias no período de cadastro e pedidos de matérias, de moradia estudantil, planos de alimentação/saúde, entre outros... Tivemos que entrar em contato diretamente com a universidade para escolhermos/decidirmos algo que não tínhamos muito conhecimento sobre e deu trabalho. Enquanto todos outros alunos que vimos tiveram suporte de professores das universidades e seus advisors.

O programa teve algumas falhas, por exemplo, mandaram um pessoal pra Irlanda sem noção nenhuma de inglês. No meu caso, tiveram duas chamadas, a chamada do pessoal que tinha o TOEFL e o pessoal que não tinha. O pessoal que não tinha, acabou sofrendo muito lá, pois não conseguiam se virar. A faculdade que fiquei foi sensacional, Dublin Business School. Eles estão anos luz à frente de nós. Muita coisa que utilizo hoje em meu dia a dia profissional, aprendi lá. Foi uma ótima experiência e percebo que os empregadores enxergam da mesma forma. Pretendo voltar a estudar fora. Fazer o doutorado por aí. Espero que eu tenha ajudado.

A experiência mudou meu jeito de olhar pra carreira e me abriu os horizontes de onde eu poderia chegar.

A participação neste programa foi essencial para a minha carreira profissional. Neste período tive experiências que não teria estudando apenas na UFGD. Pontos positivos: i) aprender um novo idioma (no meu caso aprendi o idioma durante o programa, sendo as metodologias diferentes das brasileiras, além da necessidade de saber para sobreviver no país); ii) cursar disciplinas com professores renomados; iii) conviver com pessoas de diversos países e conseqüentemente de culturas diferentes; iv) conhecer a infraestrutura de uma universidade consolidada (visto que o curso de engenharia de alimentos na UFGD ainda não possui a estrutura de ensino e pesquisa necessária); v) aprender nas disciplinas uma nova metodologia de ensino (nos EUA há mais horas de estudo em casa, fazendo trabalhos e tarefas, do que presencial em sala de aula, sendo que os professores possuíam agendas de atendimento durante a semana); v) oportunidades de contatos (tanto no meio acadêmico quanto com empresas). Dificuldades: Tenho um modo de encarar dificuldades diferente. Vejo dificuldades como oportunidades. Assim, de início tive dificuldade com o idioma, com a metodologia das disciplinas, com a

distância da família e outros, porém estas serviram para que eu pudesse focar nos estudos e aprender realmente o idioma e garantir boas notas nas disciplinas cursadas. Sobre a família, fiz várias amizades e foi o que ajudou a suprir esta necessidade.

(+) Conhecer outra cultura, outras pessoas, aprender inglês fluente, o program pagou todas a despesas necessárias. (-) Pouco reconhecimento de quem participou–UFGD poderia considerar/aceitar melhor os créditos e/ou contar pontas para o mestrado; crítica NEGATIVA de quem NÃO participou do program ou que não tem interesse em sair da zona de conforto. Eu quase entrei em depressão quando voltei para o Brasil; choque cultural e às críticas ao programa.

Pontos positivos: - Tecnologias de ponta na universidade estrangeira, melhor estrutura - Chance de fazer estágio no final do período de estudos - Lidar com uma nova cultura - Suporte financeiro por parte do programa

Para o setor médico o programa foi muito importante para conhecer como é realizada a conduta e tratamento de algumas doenças em outros países,além da diferença da saúde pública comparada ao Brasil. Foi bom para troca de experiências, contudo a forma de manejo é bem diferente da nossa realidade, sendo difícil aplicar o que aprendemos lá na nossa realidade.

Particpei do primeiro edital, e acredito que por ser o primeiro tivemos muitos pontos negativos. O edital não exigia, por exemplo, frequência e notas mínimas, assim como não era "obrigatório" muitos alunos que conheci durante o período se aproveitaram desse fato e simplesmente não iam às aulas, foram apenas para aproveitar o tempo fora (um ano de férias remuneradas). Isso foi corrigido nos próximos editais porém, pelo menos no lugar em que estava, a fama de péssimos alunos que os brasileiros adquiriram foi vergonhoso. Como pontos positivos posso citar o grande crescimento profissional e pessoal que os alunos comprometidos com os estudos puderam experimentar. Muitos deles hoje, pela visao de mundo diferenciada que o intercâmbio proporcionou, ocupa cargos que julgávamos impossíveis de serem alcançados anteriormente.

Uma experiência única, conhecer uma nova cultura, desenvolver meu idioma e conhecer uma instalação (laboratórios e universidade) que eu não teria a chance de conhecer aqui no Brasil. Foi maravilhoso mas não considero que foi um divisor de águas na minha profissional não, pois muitas pessoas também participaram do CSF e isso se tornou algo comum.. Talvez se eu tivesse conseguido um estágio lá, eu tivesse uma vantagem maior aqui no Brasil. A maior dificuldade para mim foi a comida e a frieza dos americanos, mas foi apenas isso, pois me adaptei muito bem.

Os principais pontos positivos são claro o de poder conhecer um nível de ensino considerado dos melhores do mundo, além de conhecer uma cultura diferente, várias pessoas de diferentes países, tornando assim não só um aprimoramento acadêmico, profissional e de idioma, mas também pessoal.